

GINA GUEDES RAFAEL

**A LEITURA FEMININA NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XIX EM PORTUGAL:
TESTEMUNHOS E PROBLEMAS**

TRABALHO DE PROJECTO APRESENTADO PARA CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDIÇÃO DE TEXTO REALIZADO SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DO
PROFESSOR JOÃO LUÍS LISBOA

MARÇO 2011

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor João Luís Lisboa, orientador deste Trabalho de Projecto, pela disponibilidade que sempre demonstrou e pelo rigor científico a que me obrigou.

À Coordenadora do Serviço de Actividades Culturais da Biblioteca Nacional, na pessoa da Dra. Manuela Rego, pela compreensão demonstrada.

A todos os meus colegas da Biblioteca Nacional de Portugal pelas facilidades institucionais e pessoais que me prestaram em todas as fases do mestrado, pela amizade demonstrada. Agradecimentos especiais a Maria Luísa Cabral, pelo seu incentivo à realização deste projecto, pelas contribuições e sugestões sempre pertinentes, ao Luís Costa Dias pelas suas úteis e apropriadas informações, à Maria do Carmo Santos, Manuela Silva, Manuela Pinhal e ao António Martins pelos contributos vários.

A todos os meus amigos e outros colegas, que de uma ou de outra forma, também muito contribuíram para a concretização deste trabalho, pelas ofertas e empréstimos de livros, revisões de textos e sobretudo pelo apoio, especialmente ao José A. Santos Alves a Madalena Chiti, Fernanda Maia, Ana Barata e Constança Rosa da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e à Paula Costa do Instituto Ciências Sociais.

Aos meus pais, pelo afecto e apoio incondicional que sempre demonstraram, aos meus irmãos e meus grandes amigos pelas cumplicidades existentes entre nós e por sermos quem somos! E, finalmente aos meus filhos, Raquel e André, grandes colaboradores e companheiros deste projecto. A eles dedico este meu trabalho.

RESUMO

A LEITURA FEMININA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX EM PORTUGAL: TESTEMUNHOS E PROBLEMAS

Gina Guedes Rafael

O acesso à leitura, a escolarização e a consequente procura de informação abriram à mulher do século XIX, novas oportunidades e permitiram-lhe o acesso à vida pública, na medida em que deixou de estar circunscrita à esfera da família. Na promoção da melhoria educacional da população, usou-se a imprensa como meio de difundir ideias, de dialogar com os leitores, instaurando-se um novo tipo de relação entre o autor e o seu público, sendo que as mulheres fizeram parte deste novo público. E, estas mulheres tiveram a forte convicção de que deveriam usar a instrução e os jornais, a seu favor como um meio privilegiado de valorização social e intelectual.

O presente trabalho de projecto pretende estudar a formação do público leitor feminino a partir da segunda metade do séc. XIX em Portugal, período caracterizado por uma grande preocupação da sociedade relativamente ao que as mulheres deveriam ler e qual o conteúdo mais apropriado para direccionar o acto de leitura.

Fontes privilegiadas são os jornais *Assembléa Litteraria*, *A Beneficencia e A Cruzada*, *A Voz Feminina*, *Ilustração Feminina*, *Opinião*, etc., e outros que se entendam de relevância para o caso, não esquecendo as fontes históricas e literárias.

Palavras chaves : leitura feminina ; século XIX em Portugal ; leitora ; jornais ; imprensa ; imprensa feminina ; escolarização ; alfabetização.

ABSTRACT

READING IN THE FEMININE IN THE SECOND HALF OF THE NINETEENTH CENTURY IN PORTUGAL: EVIDENCE AND ISSUES

Gina Guedes Rafael

Access to reading, schooling, and the following demand for information brought to women of the nineteenth century new opportunities and granted them access to public life since they were no longer confined to the family sphere. In the promotion of educational improvement of the population, the press was used as a means to spread ideas, and to establish a dialogue with readers, contributing to define a new type of relationship between authors and their audience, being women part of the audience. Furthermore, women had the strong conviction that schooling, and newspapers were privileged means for social and intellectual promotion therefore they should be explored on their own interest.

The current project aims to analyze the building up of reading in the feminine during the second half of the nineteenth century in Portugal. This was a time when society was greatly concerned about what women should read, about the content of their reading, and about the most appropriate way to direct the act of reading.

To gather information on these issues, most adequate sources are newspapers as *Assembléa Litteraria*, *A Benificência e a Cruzada*, *A Voz Feminina*. *Ilustração Feminina*, *Opinião*, among others. Beyond these, historical, and literary sources are also to be considered.

Keywords : feminine reading; the 19th Century in Portugal; feminine reader; newspapers; press; women's press; schooling; literacy.

ÍNDICE

Introdução	
Geral	1
Objectivos e métodos	3
1. Estado da questão	4
2. O acesso à leitura e o papel de alguma imprensa periódica	17
3. Problemas e perspectivas de investigação futura	34
4. Em jeito de síntese	50
Bibliografia	51
Anexos	
Anexo 1	Jornal <i>A Assembléa Litteraria</i>
Anexo 2	Jornal <i>A Beneficencia</i>
Anexo 3	Jornal <i>A Cruzada</i>
Anexo 4	“ <i>Cecília</i> ”, óleo sobre tela Henrique Pousão
Anexo 5	“ <i>Lendo : cena de interior - mulher sentada a ler</i> ”, óleo sobre tela de Aurélia de Sousa

INTRODUÇÃO

“ Dado pois que se aperfeiçõe nos collegios a moral um pouco mais, e se illustre a mocidade no conhecimento da verdadeira crença, não teremos mais a desejar acerca da educação dos nosso jovens patrícios. Vamos pois á classe ainda esquecida!...abandonada!...As meninas!... Longo tem sido este discurso; longo será aquelle que tratar de tão melindroso assumpto: reservamol-o para outro numero”.¹

Geral

O interesse pelo tema da leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal decorreu de uma interrogação: como se articulava o ensino e a aprendizagem da leitura com o acto de ler. A escolarização, o acesso à leitura e a consequente procura de informação, abriram à mulher oitocentista novas oportunidades e prepararam-na melhor para aceder à vida pública, na medida em que ela deixou de estar circunscrita à esfera da família.

Logo desde as primeiras prospecções dos textos existentes e da análise da sua importância, foi-se confirmando que os jornais são um contributo inextinguível para a compreensão da época de oitocentos, no que concerne ao estudo das mulheres, das suas mentalidades e transformação social. Foi também no século XIX que se assistiu ao aparecimento e crescimento da imprensa feminina,² a qual nos dá informações e nos permite definir com maior rigor o perfil da mulher deste século.

Para o projecto em questão, vamos destacar o trabalho da jornalista Antónia Gertrudes Pusich³ que foi a primeira mulher portuguesa a assumir a direcção e propriedade em termos de cabeçalhos de um periódico, fundando as três revistas: A

¹ [Antónia Puschi], *Assembléa Litteraria*, 3 (18 Agosto 1849) 19.

² Consideramos periódicos femininos todas as publicações destinadas a público feminino, de conteúdo sobretudo literário (destinado a ser lido). Cf. Maria Ivone Leal - *Um século de periódicos femininos*. Lisboa : Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres, 1992. p.12.

³ Cf. Nikica Talan - Antónia Pusich : vida e obra. Dubrovnik: HAZU, 2006 ; Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*. Lisboa : Livros Horizonte, 2005. p.127-129.

Assembléa Litteraria, A Beneficencia e A Cruzada, que serão as fontes principais em análise.

Na segunda metade do século XIX, em Portugal, houve transformações relativamente ao problema da instrução feminina, à mudança de mentalidade relacionada com a mulher, à maior liberdade de imprensa e consequente desenvolvimento do jornalismo. O activo envolvimento dos intelectuais na sociedade oitocentista também conduziu a uma maior reflexão sobre o estado do país e a uma tomada de consciência sobre as alterações a fazer, nomeadamente sobre o analfabetismo do povo ou das classes populares, de ambos os sexos, e não já apenas dos homens.

Em 1851, o país entrou no caminho da modernização do sistema de transportes e comunicações, no crescimento da indústria e da imprensa escrita, na afirmação de uma burguesia mais dinâmica que contribuía para a elevação do nível social do país, ainda muito distanciado do dia a dia de outros países europeus. Estas repercussões da nova organização institucional, económica e política na sociedade portuguesa, puseram a descoberto a nossa impreparação escolar. A ausência de estruturas técnico-profissionais mostrou que o povo português não estava habilitado para as novas tarefas, apesar de se lutar pela melhoria educacional da população desde o liberalismo. Foi neste período que alguns políticos exigiram e lutaram pela formação escolar de uma mentalidade científica, de tipo utilitário, como sendo a mais adequada ao progresso social e à integração do indivíduo no seu tempo, enquanto outros valorizaram os estudos humanísticos que davam ao homem o poder persuasivo da palavra e da escrita. A educação, em termos gerais, aparece como uma forte aposta quer para a funcionalidade económica quer para a qualificação literária.

Assim, lutou-se pela melhoria educacional da população e usou-se a imprensa como meio de difundir ideias, de dialogar com os leitores, instaurando-se um novo tipo de relação entre o autor e o seu público, sendo que as mulheres fazem parte deste novo público. A leitura e a escrita que sempre estiveram associadas ao poder e eram usadas como forma de dominação, passaram a ser as novas aliadas da mulher, levando as mulheres oitocentistas a terem a forte convicção de que deveriam utilizar esse bem precioso em benefício próprio, pois a instrução era um meio privilegiado de valorização intelectual e social.

Objectivos e métodos

O tema deste projecto – **Leitura feminina na segunda metade do século XIX** - foi definido considerando que ao longo do século, a mulher oitocentista foi vendo o seu estatuto, o seu papel na sociedade transformar-se, acompanhando não só a modernização do país, mas também o crescimento económico e a ascensão da burguesia, como nos diz Irene Vaquinhas:

“As necessidades de crescentes de mão-de-obra (na indústria, no sector de serviços, etc.), a par do desenvolvimento do comércio, bem como a necessidade de ampliar a instrução feminina, vão converter a mulher numa pessoa que pode ganhar a sua vida, numa cliente a atrair, numa leitora a persuadir”.⁴

Focalizado o estudo, empreendeu-se a presente investigação, orientada em quatro partes, excluindo a **Introdução** que contextualiza o Trabalho do Projecto:

- A primeira parte “**Estado da Questão**” consiste no levantamento dos estudos recentes e obras de época relativos ao tema em estudo. Elucida-nos que em Portugal existem actualmente muitos estudos sobre a sociedade oitocentista, a alfabetização, a instrução em geral, sobre a mulher das classes favorecidas, os seus gostos e desejos, sobre as representações femininas, a moda, o teatro, literatura, sobre a leitura feminina no século XIX, mas que existem poucos estudos relacionados com as mulheres das classes mais desfavorecidas;

- A segunda parte “**O acesso à leitura e o papel de alguma imprensa periódica**” concentra a sua linha de actuação nos três jornais fundados por Antónia Pusich, nossas fontes por excelência, incidindo a atenção sobre a problemática da aprendizagem da leitura pelas crianças e mulheres desfavorecidas. Realce-se o contributo do método de Castilho para acelerar o processo de leitura, a divulgação nos seus jornais e a colaboração de mulheres empenhadas nesta causa;

- A terceira parte “**Problemas e perspectivas de investigação futura**” coloca algumas questões, que poderão ser hipóteses de trabalho em investigação futura, depois de analisados os textos e fontes, depois do estudo feito;

⁴ Irene Vaquinhas - *Senhoras e Mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa : Colibri, 2000. p. 25

- Na “**Bibliografia**” , as **fontes/ jornais** apresentam um período levantado do universo escolhido, mostrando e ilustrando a nova imagem da mulher, anunciando a igualdade de direitos e deveres políticos, sociais e culturais; as **fontes / monografias**, como as obras de Maria Amália Vaz de Carvalho, D. António da Costa, Borges Grainha, Adolfo Coelho e A. F. Castilho, apresentam textos que revelam o poder das ideias que procuram o diálogo, a reflexão e a crítica, permitindo a dialéctica entre a teoria e prática. Assumem tons ora pedagógico-didácticos, ora informativos, expondo, sugerindo, permitindo a discussão e acima de tudo a necessidade de mudança.

O projecto que pretendemos desenvolver dependerá do modo como as fontes respondem aos problemas colocados e da inevitável abertura a novas fontes. Permanecendo, contudo central, a contribuição de Antónia Pusich para a emergência da uma nova figura do século XIX: a leitora. E, à volta deste tema gravitam outros que necessariamente devem ser explorados, porque lhe estão associados : analfabetismo, instrução e as leituras femininas.

1. ESTADO DA QUESTÃO

Para estabelecer o estado da questão em Portugal, identificámos alguns estudos publicados na época e outros de âmbito mais recente, que nos pareceram significativos e importantes para entender o analfabetismo e a educação, a instrução feminina, o progresso dos papéis femininos na sociedade e o papel da imprensa periódica , enfim a transformação dos padrões de comportamento.

O que Justino Pereira de Magalhães observava relativamente à alfabetização das mulheres do Antigo Regime, parece ainda aplicar-se na segunda metade do século XIX:

“No que respeita à instrução de raparigas pode dizer-se que com maior frequência aprendiam a «lavar» que a ler e, menos ainda a escrever. (...) Mas seguramente, uma questão que está por resolver relativamente à alfabetização da mulher, é da mulher leitora”.⁵

⁵ Justino Pereira de Magalhães - *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime : um contributo para a história da alfabetização e escolarização em Portugal*. Braga : Universidade do Minho, 1994. Tese de doutoramento. p. 198 ; 202.

Os autores que se dedicaram a este tema consideram que o analfabetismo imperava no séc. XIX e que a ausência de instrução em Portugal nos mostrava um país desfasado da restante Europa :

“ Portugal progrediu tão lentamente no domínio, quer da alfabetização, quer da instrução em geral, a ponto de se poder considerar, ao longo de todo o século XIX e boa parte do século XX, um dos países mais deficientes sob este aspecto”.⁶

Parece, assim, evidente que em Portugal, Itália, Espanha, países do Sul e do Leste Europeu a população era mais iletrada, em contraste com os países do Norte da Europa sendo de toda a vantagem entender as ideias e factos referentes a este fenómeno.

Os primeiros estudos sobre **o analfabetismo no século XIX**, datam das últimas décadas desse século: *Para a história da instrução popular e Cultura e analfabetismo*, são da autoria de Adolfo Coelho e *O analfabetismo em Portugal : suas causas e meios de as remover e A instrução secundaria de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, de Borges Grainha e ambos atribuem grande relevância aos processos de alfabetização e de instrução. Adolfo Coelho entende que a partir do ensino se podem reformar as mentalidades e, para tal inicia os seus estudos e críticas baseadas em dados estatísticos, observados e comparados com os restantes países da Europa. A educação começava na família e na sociedade pois o ensino em geral pretendia visar o desenvolvimento da pessoa, de modo a permitir que essa pessoa se integrasse na comunidade e contribuísse para o seu desenvolvimento. Borges Grainha entende também, que o desenvolvimento de um povo está na instrução, e centra o seu trabalho e reflexão na organização pedagógica do sistema educativo e professorado. Ambos apontam o Estado como responsável pelo analfabetismo, em Portugal oitocentista:

“(…) Imbuídos de uma perspectiva positivista, são pensadores ligados aos ideais republicanos e socialistas que primeiro se debruçam sobre a questão do analfabetismo, associando-o sobretudo à inoperância e às contradições do sistema público de instrução. Devem-se a Adolfo Coelho (1916) e na mesma linha de argumentação, a Borges Grainha, os principais levantamentos estatísticos sobre a situação do analfabetismo e uma tentativa de interpretação no quadro de uma problemática mais ampla que envolve aspectos históricos, linguísticos, pedagógicos, antropológicos e sociológicos. Deve-se-

⁶ Jaime Reis - “Analfabetismo em Portugal no século XIX : uma interpretação”. *Colóquio, Educação e Sociedade*. Lisboa. 2 (Fev.1993) 14.

lhes um importante contributo na desmistificação das necessidades de universalização dos actos de ler e escrever.”⁷

Pelo que se observou nos censos de finais do século XIX, numa perspectiva meramente informativa, notamos que a distribuição da taxa de alfabetização em Portugal era bastante desigual e irregular, e que o projecto escolar era um processo desarticulado da realidade e sem utilidade para a população geral:

“A norte da Cordilheira Central, com notória incidência nos concelhos dos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real, a alfabetização masculina é mais elevada que a sul – 32,8% para o norte (...) A sul da Cordilheira Central, a percentagem de alfabetizados masculinos baixa para 21,5%, apesar de compreender o distrito de Lisboa, com 37,3%. Pelo contrário a população feminina apresenta-se mais alfabetizada a sul que a norte do rio Tejo”.⁸

Entre os estudos mais recentes para a compreensão deste fenómeno complexo e multidimensional, destacamos os de António Candeias, António Nóvoa, Jaime Reis, Joaquim Ferreira Gomes, Justino Pereira de Magalhães, Rogério Fernandes, Rómulo de Carvalho, Rui Ramos, entre outros (v. *Bibliografia*). O trabalho de Rui Ramos: “Cultura da alfabetização e cultura do analfabetismo” indica-nos factores extremamente importantes para o entendimento da história de alfabetização de massas em Portugal contemporâneo, e abre pistas de investigação no âmbito de uma contextualização cultural, que permite aceder à aprendizagem da escrita e da leitura, por parte do universo masculino e feminino, no que o autor considera o resultado do processo de “vulgarização cultural”.⁹

“A norte da serra da Estrela, a alfabetização masculina é mais elevada do que a sul. Para a alfabetização feminina, a fronteira parece ser sobretudo o rio Tejo e, com ela, a hierarquia entre o Norte e o Sul inverte-se: as mulheres são mais alfabetizadas a sul do que a norte. (...) Quem quiser ter uma visão contrastada desta situação pode dar uma

⁷Justino Pereira de Magalhães - *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*, p. 227.

⁸Justino Pereira Magalhães - “Linhas de investigação em História da alfabetização em Portugal”. *Revista Brasileira da Educação*. 2 (Maio - Ago. 1996) 50.

⁹*Apud* Rui Ramos - “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo : uma introdução à História da Alfabetização em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa. 24 (1988) 1077. George Duby define a vulgarização cultural como “tendência que as formas culturais construídas para as categorias superiores da sociedade têm a vulgarizar-se, a espalhar-se a partir dos cumes”.

vista de olhos pelos mapas 5 e 6, os quais, marcando os concelhos com as mais baixas taxas de alfabetização (...) pretendem separar, para 1878, o «país do analfabetismo masculino» do «país do analfabetismo feminino»¹⁰.

Os estudos dedicados **à educação e instrução e concretamente ao saber feminino** começaram também no séc. XIX e alguns deles são importantes como os de J. J. Lopes Praça, D. António da Costa ou de Maria Amália Vaz de Carvalho e Oliveira Marreca (v. *Bibliografia*). Em *História da Instrução Popular em Portugal*, D. António da Costa, que tem por objectivo mostrar como se foi desenvolvendo a educação e a instrução do povo português, diz-nos :

“Tal é em resumo a luta gloriosa que desde a fundação da monarchia até aos nossos dias o principio da educação popular tem sustentado contra o flagello da ignorancia.(...) A razão por que a instrucção primaria se considera hoje em todas as nações civilisadas a questão fundamental de um povo, é que, indo alem do ler e escrever, tem a gloriosa ambição de representar a educação physica, moral e intellecual do homem. A escola do século XIX é uma revolução nas condições sociais da humanidade”.¹¹

Oliveira Marreca, um dos primeiros estudiosos a reflectir e escrever sobre a educação feminina em Portugal, começa por dizer no artigo “Educação das Mulheres” em *Jornal d’Educação*, Outubro de 1835:

”A influência das mulheres na sociedade é um facto incontestável - o regulá-la pois e dirigi-la em proveito público é uma necessidade governativa, e um dever do legislador. (...). Pretendemos que elas não vivam na escravidão, que não sejam ilotas de nova espécie num século de ilustração, e no meio de um país livre. Pretendemos que sua educação se cultive cuidadosamente, que sua intelligência se emancipe (...) A instrução é educação; a educação é instrução, que pode ser literária, moral, etc. segundo aquel’outra o é; não são duas ideias diversas, são duas espécies do mesmo género, dois accidentes da mesma ideia, dois modos de ser do mesmo individuo”.¹²

¹⁰ *Idem*, p. 1070.

¹¹ Antonio da Costa - *História da instrução popular em Portugal*. Lisboa : Imp. Nacional, 1871. p. 245 ; 276.

¹² A. Oliveira Marreca - “Educação das mulheres”. In *Obra económica*. Lisboa : Inst. Port. de Ensino a Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1983. p. 37; 38; 40.

Em 1980, surge *Os Estudos para a história da educação no século XIX* de Joaquim Ferreira Gomes que analisa a importância conferida à instrução pública pelas constituições portuguesas e, que o autor considera uma “modesta achega para uma futura elaboração da História da Educação em Portugal”. Como merece, também, atenção a obra de Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*. No que respeita a este projecto, destacaremos o capítulo XVI - “De Passos Manuel ao fim da Regeneração.” A contribuição “A instrução pública” de Luis Reis Torgal, em *História de Portugal*, volume V, direcção de José Mattoso, é essencial para demonstrar que este conceito ganha significado durante o período liberal, em função das concepções burguesas e “populares” do ensino.

Para entender, estudar a **alfabetização das mulheres, instrução, educação e consciencialização femininas**, são imprescindíveis como textos de informação e contextualização da época, as dissertações de Justino Pereira de Magalhães - *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*; de Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos : percursos de modernidade* e de Paulo Guinote - *Quotidianos femininos (1900-1993) e Educação no feminino em Portugal (1900-2003)*. As teses de mestrado de Helena de Castro - *Emancipação da mulher e Regeneração social no século XIX segundo Lopes Praça*, de Maria José La Fuente - *Ensino secundário feminino : os primeiros vinte anos da escola Maria Pia* e de Maria Teresa Valente Pinto - *O ensino técnico industrial feminino em finais do séc. XIX : A Escola Damião de Goes em Alenquer*, analisam a questão da necessidade da educação e instrução pública, para além do ensino primário e do ensino normal.

As contribuições de Irene Vaquinhas,¹³ J. Amado Mendes,¹⁴ Rui Cascão,¹⁵ Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues¹⁶ em *História de Portugal*, volume V, direcção de José Mattoso, e a obra de Maria de Lourdes Lima dos Santos - *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, são guias essenciais para compreensão da evolução da sociedade portuguesa, da afirmação da burguesia e compreensão do fenómeno “Cultural popular” e “cultural urbana.” *Livros e Leituras no século XIX* de

¹³ Irene Maria Vaquinhas - “O campesinato”. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 479-491.

¹⁴ J. Amado Mendes - “As camadas populares urbanas”. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 493-499.

¹⁵ Irene Mª Vaquinhas e Rui Cascão - “Evolução da sociedade portuguesa...” In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 441-450.

¹⁶ Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues - “Produção e reprodução cultural”. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 685-696.

Maria Manuela Tavares Ribeiro, ajuda-nos a reflectir sobre um vasto conjunto de factores estruturais e conjunturais, como a alfabetização, a liberalização da imprensa, os progressos técnicos, a necessária educação das classes laboriosas, a reorganização de meios e formas de educação e da cultura. O trabalho de Irene Vaquinhas, *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, é relevante no que respeita aos valores e mentalidades femininas e ajuda-nos a compreender como se construiu a individualidade da mulher oitocentista através dos seus quotidianos.

A importância da **imprensa periódica** é confirmada pelo fenómeno que gerou e repercussão que teve: a mudança de mentalidades, justificado por um lado, pelo aumento do número de jornais, promovida pela lei de liberdade de imprensa e por outro lado, pela ajuda na formação da opinião pública.¹⁷ É no último quartel do século XIX que se inicia, no nosso país o hábito de ler os jornais, coincidindo com a industrialização da imprensa, a substituição da informação de “opinião” pelo “noticioso”, um conjunto de mudanças que transformaram o espaço público em Portugal, esta iniciativa foi da responsabilidade do Diário de Notícias, fundado em 1865¹⁸. Entre os objectivos que norteiam a utilização da imprensa salienta-se a instrução e educação, que desempenharão um papel fulcral na vida cultural do país e, segundo José Tengarrinha :

“Em traços grosseiros, poderemos dizer que a nova classe não tinha uma educação literária requintada (...) nem cultura profunda, nem grandes preocupações e exigências formais, e procurava sobretudo uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e o debatedos problemas concretos da administração pública. (...) Outros factores há a considerar, como o alargamento o ensino publico e os seus efectivos resultados, as disponibilidades económicas das camadas sociais, a importância dos acontecimentos políticos e o interesse que despertavam na população, entre outros”.¹⁹

Considerada uma das melhores obras sobre a imprensa periódica - *História da imprensa periódica portuguesa*, de José Tengarrinha é um título de referência sobre este tema, completado pelos levantamentos da imprensa periódica feminina: *Um século de periódicos femininos*, da autoria de Ivone Leal e a já referida *Imagens da mulher na*

¹⁷ Cf. José Alves - *O poder da comunicação*. Lisboa : Casa das Letras, 2005. p. 106.

¹⁸ Cf. Luis Augusto Costa Dias - “O papel do impresso : A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal”. *Estudos do Século XX*. Coimbra. 7 (2007) 313.

¹⁹ José Tengarrinha - *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aumentada. Lisboa : Caminho, 1989. p. 151.

imprensa periódica de oitocentos, demonstrando que os jornais e revistas seriam um dos meios colocados ao dispor das mulheres de todas as idades e classes para colorirem o seu quotidiano e para recolherem informação sobre a forma como se comportarem e embelezarem melhor.

Sobre **Antónia Gertrudes Pusich**, personagem crucial do projecto, vamos encontrar testemunhos da sua obra e da sua biografia, por exemplo, em *A mulher em Portugal*, D. António da Costa dedica-lhe o capítulo XII, parte segunda, escrevendo:

“Labutava por esse tempo em Lisboa uma senhora notável, talento muito flexível, compondo poemas, elegias, odes, fundando sucessivamente revistas úteis, A Cruzada, A Beneficência, A Assembleia Literária, escrevendo dramas, enchendo de artigos os jornaes (...) e advogando sempre a causa do fraco e do oprimido”.²⁰

Em *Imagens da Mulher*, Ana Maria Costa Lopes também nos alerta para a figura singular de Antónia Pusich:

“Antónia Pusich defende ideias interessantes sobre o progresso da população e do país, nada desactualizadas, por sinal.(...)Em defesa da mulher, Antónia Pusich pede ainda aos homens civilizados que mostrem aos restantes a conveniência da instrução feminina”.²¹

Esta jornalista viveu num período da história de Portugal em que a liberdade de imprensa fomentou o progresso do jornalismo, permitiu que a imprensa entrasse numa nova fase e sendo uma mulher culta, defendeu deliberada e insistentemente o direito das mulheres à educação e à cultura, os seus textos caracterizam-se pela influência de uma mentalidade liberal que lhe era inerente e de figuras com quem trabalhou tal como A. Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano.

Antónia Gertrudes Pusich foi uma das mulheres mais relevantes no século XIX, e a sua acção social e política merece destaque pela visibilidade e previsão. Nasceu em Cabo Verde, na ilha de S.Nicolau em 1805 e morreu em Lisboa 1883, filha do Almirante António Pusich, de origem croata²², herdou do seu pai “a filosofia positiva de vida” e foi beneficiada por uma esmerada educação, com conhecimento de línguas e

²⁰ António da Costa - *A mulher em Portugal*. Lisboa : Companhia Nacional Editora. 1892. p.305.

²¹ Ana Maria Costa Lopes - *Imagem da mulher: na imprensa feminina de oitocentos*. Lisboa : Quimera, 2005. p. 291; 300.

²² Natural de Ragusa, actualmente cidade de Dubrovnik, Croácia.

música. à semelhança de outras mulheres do seu tempo, como Catarina de Andrada,²³ Francisca Wood,²⁴ Maria José Canudo²⁵ e outras.

Para referências gerais e específicas, *O Dicionário no Feminino: séculos XIX e XX*, direcção de Zília Osório de Castro e de João Esteves, o *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, são obras de consulta obrigatória, assim como *História da Vida Privada*, volume três, organização de Philippe Ariès e Georges Duby, *História das mulheres*, volume quatro, organização de Geneviève Fraisse e de Michelle Ferrot e *História da Vida Privada em Portugal*, direcção José Mattoso, o terceiro volume da colecção – *A Época Contemporânea*, coordenação de Irene Vaquinhas.

Sobre a **história da leitura em geral**, alguns autores estrangeiros, como Martyn Lyons em *A history of reading and writing in the western world*, apresenta-nos perspectivas históricas sobre a leitura e a escrita no Ocidente, relacionando factores que determinam a recepção de textos. Por exemplo: o que se lê em determinada sociedade? Como e por quem é lido? Margaret Willes em *Reading Matters: five centuries of discovering books*, discute a aquisição de livros e o tipo de leitura existente desde o século XVI até à actualidade; *Pratiques de la lecture e Histoire de la lecture dans le monde occidental* sob a direcção de Roger Chartier remetem-nos para interrogações sobre a leitura. Esta prática cultural é o resultado da aprendizagem escolar? Ou, a leitura não implica sempre uma relação íntima entre um leitor e o livro ou o jornal? Em Portugal, o artigo “O fenómeno da difusão da leitura” de Maria de Fátima Nunes, é esclarecedor deste período da Regeneração, observando que :

“Sob a força do mimetismo, enquadrado nas especificidades do contexto nacional, vários vectores se desenharam no universo temático da leitura e dos leitores em Portugal entre 1851 e 1910. É através do que circula, do que se lê ou procura ler, do que é produzido, quer entre nós, quer pela via da tradução, que é possível tomar o pulso às ideias que matizaram o pensar e o idealizar na sociedade portuguesa (...). Para este período a leitura adquire um carácter muito mais

²³ Catarina Douthat Álvares de Andrada, colaboradora, redactora do jornal *L'Abeille* (1836-1843), sua directora a partir do nº 56 de 1842. Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*, p. 213-214; Cf. Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher...*, p. 189-199.

²⁴ Francisca Wood tornou-se, a partir do nº6, redactora do jornal *A Voz Feminina* (1868-1869) e transitou para o semanário *O Progresso* (1869). Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*, p. 354 ; Cf. Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher...*, p. 361-389.

²⁵ Maria José Canudo, professora, discípula de A.F Castilho e colaboradora em vários jornais, entre eles *A Assembleia Literaria* e *A Cruzada*. Cf. António Nóvoa - *Dicionário de educadores Portugueses...* p. 264-265 ; Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*, p. 703-704.

vulgarizado do que para a primeira parte do liberalismo, com intuitos largamente formativos que abarcavam as diferentes *nuances* do corpo social existente (...).²⁶

Até a língua não era entrave para a divulgação da leitura, circulavam de mão em mão os romances de La Fontaine, Alexandre Dumas, Vitor Hugo. Na leitura portuguesa incluíam-se nomes como Camões, Fernão Mendes Pinto, padre António Vieira. Mais tarde viriam os autores literários Garrett, Herculano, como os primeiros românticos, com a divulgação do folhetim e do conto cortado pelo ritmo do periodismo, que muito contribuía para estimular e aumentar os veículos de leitura entre nós. No artigo “A leitura política, económica e mundana”,²⁷ relativamente à leitura mundana, Maria de Fátima Nunes conclui que:

“Numa dimensão mais eclética, e se quisermos mais popular, a leitura em Portugal, pela via da novela, do romance, da história, dos relatos de viagens e das obras consagradas como literárias, teve um público ávido e bastante consumidor. Assim o atestam os catálogos das livrarias francesas Bonnardel, Férin e Bertrand e os catálogos dos gabinetes de leitura, que através do empréstimo domiciliário, saciavam uma parte da procura registada, especialmente entre o público feminino. Contrariamente à leitura do pendor político, ou económico, em que o autor era peça de identificação fundamental, aqui é o título que galvaniza a procura registada e apetência de ler...”

Referindo de seguida, os estudos já efectuados sobre esse assunto por Manuela Domingos - *Estudos de Sociologia da Cultura, Livros e Leitores do séc. XIX*; Rosa Esteves - *Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX, 1815-1853*; Maria de Lourdes Lima - *Para uma Sociologia da Cultura da Portuguesa uma Portugal no século XIX* e Fernando Guedes - *O Livro e a leitura em Portugal : subsídios para a sua história, séc. XVIII e XIX*.

Novamente em “O fenómeno da difusão da leitura” Maria de Fátima Nunes elucida claramente sobre a época e os factos :

²⁶ Maria de Fátima Nunes - “O fenómeno da difusão da leitura”. In António Reis, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 647-648.

²⁷ Maria de Fátima Nunes - “A leitura política, económica e mundana”. In António Reis, dir.- *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 335.

“Até aos anos 80, impulsionada por vários grandes acontecimentos, a leitura popular, de sabor instrutivo e com matriz de racionalidade sistematizada, despontara com a Educação Popular, de Pinheiro Chagas, colecção na qual se incluíam temas de carácter geral destinados a elevar o potencial de cultura dos seus leitores (...) Quanto ao projecto do editor Corazzi, Bibliotheca do Povo e das Escolas, verdadeiro empreendimento de matriz enciclopédica e populista, economicamente muito acessível, permitiu unir a cidade à província, sempre física mentalmente afastadas. O caminho de ferro, as novas redes viárias e o sistema de assinaturas assim o permitiram”.²⁸

Segundo os prospectos de apresentação desta colecção, os propósitos da sua existência decorrem da necessidade de obras de carácter enciclopédico, acessível a todos os cidadãos, desde a pequena e média burguesia, do campo ou da cidade, a um módico preço. Era um ciclo de leitura em Portugal que estava claramente, centrado na formação e informação.

“...tentando estabelecer, pela via da edição e da circulação do livro, um magistério, pedagógico e didáctico, paralelo ao ministrado nas escolas de vários graus de ensino, de modo a abarcar um público mais variado, heterogéneo e geograficamente distanciado dos dois grandes centros de irradiação cultural e profissional – Lisboa e Porto”.²⁹

Para outro público, provavelmente de perfil acentuadamente feminino, David Corazzi e criou «A Empresa Horas Românticas», uma colecção para os momentos de ócio e lazer e que também permitia o acesso ao mundo das etiquetas e da civilidade a quem pretendia seguir os modelos de elegância e de requinte na vivência social quotidiana. Traduz e publica os romances da moda, sobretudo os franceses, de modo que o público, fundamentalmente o feminino, pudesse ocupar-se com uma série bastante diversificada de leituras. Incluiam-se obras completas de Júlio Verne, a Biblioteca Infantil, os Dicionários do Povo, ou o *Diccionario de Geographia Universal*. No Porto, em 1869, surge a «Bibliotheca d'Algibeira», contendo romances, contos, relatos de viagens e narrativas. A editora Chardron, também do Porto, à semelhança do editor Corazzi, de viria a publicar as obras de Camilo Castelo Branco, de acentuado sabor

²⁸ Maria de Fátima Nunes - “O fenómeno da difusão da leitura”, p. 650-651

²⁹ *Idem*, p. 650

popular e romântico, próprias para o descanso e ócio. Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Júlio Dinis, Camilo, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Magalhães Lima eram outros dos autores mais procurados”.³⁰

Verifica-se, assim, o carácter de divulgação da literatura portuguesa, em conexão com outros referentes de leitura, entre os quais os manuais e a literatura de civilidade – pequenos tratados de etiqueta que permitem estabelecer um elo de aproximação entre as figuras dos romances e as figuras reais que compõem o tecido social. Todas estas obras são de importância para o presente trabalho e futuras investigações. Algumas serão simples obras de consulta, outras tratam dos temas e épocas específicos, outras ultrapassam-nos no período cronológico, mas no conjunto, oferecem uma dimensão única para a compreensão dos papéis que a mulher foi desempenhando na segunda metade do século XIX.

Este projecto também nos levanta **questões conceptuais**. Assim, o que se entende por alfabetizado, na segunda metade do século XIX? António Candeias, num estudo integrado no Projecto “*Literacia Adulta em Portugal*”, introduz-nos no mundo dos termos que gravitavam à volta da palavra “alfabetização” a qual mantinha uma “definição imprecisa” e segundo o autor:

“Na verdade, o alfabetizado dos séculos XIX e XX podia ser alguém que soubesse ler apenas, ler e escrever, ler, escrever e contar, que tivesse frequentado uma escola, ou no grau superior da definição, que nesta tivesse obtido um diploma. Como se pode perceber, a latitude desta definição era enorme, e foi sempre possível no aparelho estatístico da época, conforme as intenções e os governos, contar como alfabetizados indivíduos que declarassem saber ler, ou ler e escrever (...).A partir do século XIX, alfabetização e escola confundem-se cada vez mais, esta aparecendo como um instrumento fundamental de controlo e racionalização (...) e capaz de adaptar o povo as rápidas transformações tecnológicas e sociais que passam a estar na base do aparelho produtivo e das novas formas de vida emergentes do contexto industrialista.”³¹

Ou seja, parece que o processo de alfabetização dos portugueses no século XIX exige um quadro de reflexão que ajude à compreensão da cultura escrita e da leitura.

³⁰ Cf. Maria de Fátima Nunes - “O fenómeno da difusão da leitura”, p. 652.

³¹ António Candeias - “Ritmos e formas de acesso à cultura escritas das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas”. In *Literacia e Sociedade*. Lisboa : Caminho, 2002. p. 209; 227.

Dito isto, parece-nos conveniente para o projecto em questão e no âmbito desta matéria estabelecer as diferenças entre estes dois conceitos: alfabetização e escolarização.³² Para tal socorremo-nos novamente de António Candeias, que nos esclarece com precisão as diferenças, salientando a maneira distinta como ambos se posicionavam no processo da modernização. Esclarecidos as noções de alfabetizado e escolarizado em geral no século XIX, Portugal oitocentista era ainda um país que não se conseguia libertar do grande estigma de “*elevadas taxas de analfabetismo*” nas palavras de Justino Pereira de Magalhães, que ainda observa:

“Muito embora para, na segunda metade do século XIX, com a universalização da escolarização elementar, a referência fundamental no que refere às taxas de alfabetização, seja, como se afirmou, o facto de haverem ou não sido escolarizados, não há total acordo quanto ao critério de medida (...)Uma vez conseguida a escolarização de toda a população jovem em idade escolar de ambos os sexos e prosseguida uma política de alfabetização recorrente para os adultos não escolarizados, esta acepção de alfabetizado como sinónimo de escolarizado, fora a mais frequente até meados do século XX”.³³

As reformas legais sobre o ensino oitocentista, proporcionam um conjunto de referências sobre o tema Instrução Pública e os conceitos de “educação” e de “instrução”, termo pelo qual optaremos ao abordarmos a questão da instrução feminina:

“Apesar de se poder dizer que a noção de «instrução pública» e os princípios da sua institucionalização começam com as reformas pombalinas, é certo que o conceito ganha toda a sua força e significado durante o período liberal, em função de concepções burguesas e «populares» do ensino que então se divulgam (...) Os termos «educação» e «instrução» não raro eram empregues indistintamente. (...) Embora os liberais dessem, como iremos ver, uma importância maior ao «ensino primário», onde a

³² «...por alfabetização designa-se um tipo de relação funcional com a leitura e por vezes com a escrita, frequentemente de origem voluntária, geralmente esparsa, superficial, mas podendo atingir níveis de intensidade muito desiguais; por escolarização entende-se uma relação estruturada e progressivamente exigente com um modo de cultura escrita, mas também a submissão de coortes populacionais, com níveis etários bem determinados a uma forma de socialização imposta e aplicada através de uma instituição construída expressamente para o efeito, a escola, que a partir de meados do século XIX se organiza em rede e se articula com outras formas de educação, sob o comando político, pedagógico e administrativo do Estado...». Cf. António Candeias, dir., coord. - *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 42.

³³ Justino Pereira Magalhães - “Linhas de investigação em história ...” p. 43 ; 44.

actividade de «educação» se exercia dominantemente, o certo é que pensaram em particular no processo de desenvolvimento intelectual do homem. Daí que o termo «instrução pública» (neste caso «pública», como alternativa a «doméstica», alargada ao «povo», de forma mais ao menos ampla, consoante os graus, e considerada como um dever de Estado) acabasse por ser o conceito mais vulgarizado”.³⁴

As modificações políticas, sociais e técnicas que ocorreram em Portugal ao longo do século XIX tiveram grandes repercussões na sociedade portuguesa, permitiram a evolução de comportamentos e de atitudes dos diversos grupos sociais, muitos, em fase de investigação histórica. Há estudos e informações sobre algumas das principais famílias, as suas ligações ao poder político, os aspectos da sua vida privada e da sociabilidade, mas faltam estudos que permitam avaliar o peso numérico da burguesia, da pequena e média, na população urbana. Aliás são imensas as interrogações que se colocam ao conceito de «burguesia», e as palavras «burguês» e «burguesia» abarcam hoje, como no século XIX, múltiplos significados. A literatura, o teatro e arte de Oitocentos veiculam imagem, estereótipos, da burguesia, ocultando, não raro, a complexidade deste grupo social,³⁵ como é referido, em *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques.

O século XIX assistiu ao reforço da burguesia promovida pelo liberalismo: «Século de ouro da burguesia», que surge como uma categoria social distinta, concretizada pela construção de modelos de conduta e de comportamentos específicos. A cultura burguesa difunde-se, dispondo de meios de influência decisivos na transformação das mentalidades.

A escola primária e a imprensa são dois dos principais instrumentos que a possibilitam. Lentamente, a sociedade aburguesa-se, difundindo novos gostos, novos costumes que vão minando as velhas estruturas sociais. A burguesia desta época tinha ao seu dispor uma gama de distrações muito variada: teatros, clubes, cafés, recintos de bailes, casinos, tertúlias (...) Um dos símbolos da civilização burguesa oitocentista (do

³⁴ Luis Reis Torgal - “A instrução pública”. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol V, p. 609.

³⁵ “É consensual a afirmação de que é burguês aquele que vive com conforto e que, ainda que receba uma remuneração, exerce uma função respeitada pela sociedade. Isto é, a burguesia inclui, em simultâneo, patrões e assalariados. Ser burguês é estar acima do mundo popular do qual o separa não só um certo nível de bem estar material, mas também o acesso à cultura e à fruição de um certo estilo de vida que o distingue cada vez mais dos que lhe são inferiores e cada vez menos da nobreza antiga. Cf. Fernando Sousa e A.H. Oliveira Marques, coord. - “Portugal e Regeneração”. In Joel Serrão, A.H. Oliveira Marques - *Nova História de Portugal*. Lisboa : Presença, 2004 , vol X, p. 165.

seu sistema político e do seu modo de vida) foi sem dúvida, o passeio público, o lugar privilegiado de sociabilidade das classes ascendentes).³⁶ A heterogeneidade social existente na segunda metade do século XIX obriga-nos a pensar nas «classes populares»³⁷. Quem são?

A sociedade oitocentista assume como prioridade a instrução, pois o nível cultural é um factor de individualização e os conhecimentos são essenciais ao desenvolvimento económico e ao aperfeiçoamento moral dos homens, e o nosso Trabalho de Projecto assenta essencialmente nos interesses de leitura das mulheres destes dois grupos sociais.

2. O ACESSO À LEITURA E O PAPEL DE ALGUMA IMPRENSA PERIÓDICA

Para entender o objectivo e a dedicação de D. Antónia Pusich à educação das meninas desfavorecidas, há que contextualizar o estudo e entender os conceitos à época sobre a alfabetização, a instrução feminina, embora se saiba que, por um lado, desde a Revolução de 1820 até à segunda metade do século XIX e após algumas retracções no desenvolvimento do sistema público de instrução, o movimento de alfabetização passou a apresentar uma curva ascendente. Por outro lado, parece que não existia uma forma normalizada por parte da população, em aceder às letras.

A «escola» era apenas uma das possíveis, pois não existia uma política assertiva nem uma acção concertada quer para as crianças, quer para jovens ou adultos, por parte do Estado. No que se refere a adultos podemos encarar a alfabetização como uma “instrução recorrente”, “um programa mínimo” e “uma acção política-ideológica para integrar as camadas populares ao exercício da cidadania”,³⁸ uma vez que as taxas de alfabetização em Portugal continuavam a manter-se mais baixas que as dos restantes países da Europa do Norte e mesmo da

³⁶ Cf. Irene M^a Vaquinhas e Rui Cascão - “Evolução da sociedade portuguesa...” p. 449.

³⁷ Conceptualmente, aceitaremos que a definição de «classes populares» decorre da sua inserção em determinada estrutura económica e social (...) Considerando a pequena burguesia urbana e rural como limite superior do povo (...) aceita-se que é abaixo deste grupo social que podemos surpreender classes populares rurais e urbanas. Cf. Fernando Sousa e A. H. Oliveira Marques, coord. - “Portugal e Regeneração”, p.175

³⁸ Justino Pereira Magalhães - “Linhas de investigação em história de Alfabetização em Portugal”, p. 51.

Europa mediterrânica.

A defesa da educação feminina e infantil, o livre acesso ao mercado, são factores de progresso sociais que põem causa a visão tradicional da mulher e da educação que lhe era ministrada, conforme alguns sectores mais avançados da sociedade portuguesa da segunda metade do séc. XIX tinham reconhecido, precedendo todas as outras reivindicações femininas. A Regeneração promoverá alterações no modelo educativo, por exemplo, rompendo com os princípios tradicionais da educação reservada às raparigas. Até então, considerava-se que a mulher nascia para ser mãe e esposa e para desempenhar essas funções, bastava-lhe ter noção dos valores morais, sendo dispensável a educação intelectual. Assim de uma forma geral, a partir da segunda metade do século XIX, a situação muda, pois o papel de educadora desempenhado pelas mulheres valoriza as funções tradicionais de esposa e mãe, exigindo uma instrução equilibrada, apoiada numa sólida formação moral e religiosa. Não se tratava, de favorecer a emancipação feminina ou de assegurar à mulher os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro, mas tão só habilitá-la para o cumprimento da nobre missão de “mãe de família”. Porém, apesar da conjuntura lhe ser favorável, a instrução feminina progride muito lentamente.³⁹

A instrução feminina do século XIX foi objecto de legislação avançada, se bem que as medidas concretas fossem escassas, ao contrário do que aconteceu com a iniciativa individual e privada, em que o empenho de algumas mulheres mais destacadas da sociedade portuguesa foi notável, demonstrando que :

“A mulher, como já foi referido, era ignorada não só na maior parte dos discursos políticos e das preocupações governamentais, mas sobretudo em medidas políticas que visassem a sua instrução, designadamente quando pertencente às classes mais desfavorecidas. (...) Por outro lado, isto gerou uma série de iniciativas, encabeçadas designadamente por mulheres (...) tentando demonstrar que o dinamismo individual e colectivo, muitas vezes feminino, baseado na solidariedade humana e intelectual, contrariou a inércia, o desinteresse, ou a incapacidade dos governantes!”⁴⁰

Para recuperar o atraso em relação aos outros países mais cultos e civilizados, promoveu-se a educação da mulher:

³⁹ Cf. Irene Vaquinhas - *Senhoras e mulheres...* p. 27-28.

⁴⁰ Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher...* p. 83- 84.

“(...) e, o reconhecimento de que a instrução feminina era um contributo indispensável ao projecto de modernização do País fizeram-na avançar”.⁴¹

Tanto a instrução como a educação intervêm na reprodução de estereótipos ideológicos, de padrões de comportamento que imprimem uma forma de estar e de agir socialmente, na definição de papéis com que a mulher vai construindo, desde sempre uma imagem de si para si. Muitos intelectuais foram assim, afinando as suas ideias sobre a instrução, dando directivas sobre a posição relativa de cada um dos sexos. Vários foram os que lutaram pela causa da instrução, sabedores de que a população vivia nas trevas da ignorância e por isso não podia compreender os valores da modernidade que se anunciava.

Paulo Guinote afirma que podem existir três categorias de ordens que defendem a necessidade de educação das mulheres. A primeira seria de ordem pragmática : as mulheres educam os homens enquanto crianças, pelo que o aperfeiçoamento da educação feminina tem de certa forma o propósito de melhorar a própria educação masculina e, por consequência a sociedade no seu todo. De uma forma ou de outra, quase todos os autores que pugnaram pela educação feminina partir da segunda metade do séc. XIX recorreram a esta lógica, por convicção ou por estratégia, apresentando como necessária e essencial a educação feminina para a própria educação masculina. A segunda era, de certa forma de ordem moral: não era justo que as mulheres fossem afastadas da educação com base em argumentos pouco válidos, como as menores capacidades intelectuais femininas. Uma terceira linha de argumentação, passava pela questão da cidadania: constituindo as mulheres metade da população, mantê-las na ignorância equivalia a perpetuar uma situação em que não podiam viver activamente os seus direitos cívicos, o que na prática equivalia a que a sociedade no seu todo, mantivesse uma organização imperfeita e preconceituosa.⁴²

O nível educacional e a formação do público leitor feminino a partir do séc. XIX, é escasso, muitas sabiam ler, mas não eram capazes de assinar o seu próprio nome. A educação das meninas europeias estava atrasada em relação à dos meninos, a quem era estimulada a prática da escrita.

⁴¹ Irene Maria Vaquinhas; Rui Cascão - “Evolução da sociedade em Portugal...” p. 451.

⁴² Cf. Paulo Guinote - *A educação no Feminino...* p. 272-274.

“Contudo, o século XIX foi também o «século dos periódicos».(...) No entanto, se o surto jornalístico está ligado à política, está também subordinado à ideia de difusão de «conhecimentos úteis», ao nível do «noticiário» e da divulgação científica e «literária».⁴³

Antónia Gertrudes Pusich percebeu também que a imprensa seria um meio para poder divulgar as suas ideias sociais e políticas, pois defendia que as mulheres deviam aprender a ler e a escrever para poderem participar na vida social, política e religiosa do país. Assim, parece-nos que a imprensa vai permitir estabelecer laços entre as classes sociais e, fundamentalmente, entre os dois sexos. O desenvolvimento das escolas femininas parece também preceder a feminização crescente do público leitor do século XIX e os primeiros jornais a mostrarem interesse “pela educação das meninas desfavorecidas”, lamentando a sua falta de instrução, foram “*A Assembléa Litteraria* (1849-1851)”, *A Beneficencia* (1852-1855) e *A Cruzada* (1858). Esta mulher, invulgar para a sua época, muito informada, desenvolve uma forte faceta de pedagoga e intervém na vida social e política do país, tornando-se a primeira jornalista portuguesa a defender e assinar as suas ideias.

Em 4 de Agosto de 1849 surgia *A Assembleia Litteraria : jornal de instrucção* que terminaria em 1851. Sobre ele, Maria Ivone Leal escreve:

“Com a publicação desse periódico acontece algo de verdadeiramente novo na sociedade portuguesa de então, abrindo às mulheres portuguesas perspectivas que o leitor desprevenido (o de hoje, evidentemente) não esperaria encontrar naquela data. O facto de uma mulher ser a fundadora, proprietária e redactora (hoje diríamos directora) de um jornal é, já por si, significativo. (...) Nos numerosos escritos sobre matérias de educação e instrução é sempre acentuada a «falta de instrução em Portugal». Falta tanto mais gravosa quanto se sabe que a «prosperidade das nações assenta na educação». (...) A partir deste momento inaugura-se uma nova fase no periodismo feminino. (...) Assumindo a iniciativa de publicar «um periódico consagrado à ilustração do sexo feminino» D. Antónia Gertrudes Pusich chama para o seu lado todos os que

⁴³ Luis Reis Torgal - “Produção e reprodução cultural...” p. 692.

quiserem associar-se a essa «crusada em defesa da liberdade intelectual».⁴⁴

D. Antónia Pusich mostra particular interesse pela educação das jovens do sexo feminino e inicia a sua cruzada pelo progresso das populações. No nº3 de *Assembléa Litteraria* escreve sobre a “Educação” :

“A educação dos adolescentes é um dos principaes objectivos que deve chamar attenção do Governo, e de todo aquelles em que pesar tão alta responsabilidade. Paes, parentes, amigos, ou tutores, olhae bem para os meios que é mister empregar, para formar o espírito dos vossos menores. A’s mães, ás mães cumpre em primeiro logar o desempenho de tão sagrado, e gostos dever (...)Vamos pois á classe ainda esquecida!...abandonada!...as meninas!...Longo tem sido este discurso; longo será aquelle que tratar de tão melindroso assumpto: reservamol-o para outro numero.”⁴⁵

No nº 4 do mesmo jornal, continuando o tema a “Educação” escreve:

“Em nosso número antecedente tratámos em geral d’esto importante assumpto; hoje occupar-no-hemos particularmente da educação das meninas (...) Mas as meninas!...As meninas imploram a attenção do governo, e de todas as pessoas que nutrem sentimentos de humanidade e desejos de ver prosperar a sua pátria! Quando trato da educação das meninas, entenda-se que é relativamente ás de uma classe media, ou inferior, que são as que mais avultam na sociedade; porque as meninas que nasceram de paes nobres, ou ricos, essas tem por certo uma excellente educação. As nossa fidalgas esmeram-se em aperfeiçoar o espírito das filhas (...) se o pequeno espaço de um jornal o permitisse, se desvelam por auxiliar a educação de tantas infelizes meninas, que sem o piedoso auxilio d’estas virtuosas senhoras, seriam entes inúteis, e prejudiciais á sociedade que ainda poderão felicitar. Tratemos pois da maioria. Os nossos antigos e honrados portugueses temiam até ensinar suas filhas a ler e a escrever, receiando que lessem livros perigosos, ou escrevessem a seus amantes (...) Além de que, o sabermos ler dá logar a aprendermos em livros que formem o nosso espirito! (...) Eduquem-se pois, instruem-se convenientemente as meninas, aproveitem-se as excellentes disposições do espírito de nossas jovens]compatriotas, e as gerações futuras serão mais felizes que a presente”.⁴⁶

⁴⁴ Maria Ivone leal - *Um século de periódicos femininos*. Lisboa : CPDM, 1992. p. 55; 60; 85.

⁴⁵ *Assembléa Litteraria* , 3 (18 Ago. 1849) [17] ;19.

⁴⁶ *Assembléa Litteraria*, 4 (25 Ago. 1849) [25]- 26;28.

A colaboradora Antónia Luisa Cabral Pontes⁴⁷ destaca também a função do jornal e da sua redactora, escrevendo que *A Assembléa Litteraria*, era um jornal dirigido pelo espírito firme de uma senhora que pretendia uma sociedade mais desenvolvida e que defendia a ilustração feminina:

“ (...) A mulher illustrada, a meu vêr, é incontestavel que se torna um dos entes mais úteis á sociedade, porque cabendo á mulher, a primeira educação do homem se ella não for estúpida, poderão seus filhos ao regaço materno, a coberto dos maus exemplos que se observam em algumas escholâs, e mau método com que ensina, receber a educação primaria, aprendendo ao mesmo tempo o amor ás letras, não pequena vantagem (...).”⁴⁸

Em 1850, publica um artigo intitulado “Beneficencia Publica”, exortando à instrução:

” A fundação de escolas de instrucção publica, é de absoluta necessidade nos nosso paiz. Já está evidentemente provado, que a pedra fundamental, sobre que assenta a prosperidade das nações, é a educação (...)A falta de educação é reconhecida em toda a parte- E os males que vem desta gravíssima falta, são todos os dias sentidos e, cada vez hão-de ser maiores”.⁴⁹

E ainda no nº 34 de *Assembléa Litteraria* inicia um artigo intitulado “Conservatorio”:

“A missão do escriptor público é a mais sagrada e gloriosa, mas também a mais arriscada, se elle a comprehende em toda a sua extensão! Moralizar e illustrar os povos, purificar a sociedade dos erros que a damnâo (...).”⁵⁰

Em Outubro de 1850, Antónia Pusich no âmbito da sua cruzada pela instrução pública envolve-se na divulgação da *Leitura Repentina*, de António Feliciano de Castilho.⁵¹

⁴⁷ Prima de Antónia Pusich, foi colaboradora nos três periódicos por ela fundados. Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*, p.130.

⁴⁸ *Assembléa Litteraria*, 4 (25 Ago. 1849) 29.

⁴⁹ *Assembléa Litteraria*, 24 (26 Jan. 1850) [185].

⁵⁰ *Assembléa Litteraria*, 34 (29 Jun. 1850) [17].

⁵¹ A.F. Castilho, inspirando-se no método francês de Lemare, adaptou à língua portuguesa um método de leitura fonológica - Método de Leitura Repentina, propunha-se ensinar a ler e a escrever em cerca de cinquenta lições.

“É este o titulo da mais proveitosa obra que o engenho humano podia offerecer á nossa terra! O methodo mais efficaz, e mais facil de ministrar a instrucção primaria a um povo que tanto está soffrendo por falta de instrucção !...(...) Eis o que o sr. Antonio Feliciano de Castilho imaginou! Eis o que teve a fortuna de realizar na publicação do seu opúsculo – A Leitura Repentina. Alli podem as creanças com rápido progresso aprender a ler e contar sem despeza, e sem mestres. As Mães, irmãs, parentes, e qualquer Sra que se interesse pelos innocentes a seu cargo os podem ensinar, e em poucos annos terão estes meninos de agradecer-lhes o maior dos benefícios (...) A Leitura repentina é o methodo que mais de prompto póde habilitar este povo á civilização de que tanto carecemos; e julgamos que não deve servir só as creanças, mas também aos adultos, e principalmente a tantas mulheres, que sem saber conhecer nem sequer uma letra chegam a ser mãis, e confia-se-lhe a administração da casa, e a educação de filhos! (...) O sr. Castilho... para que dizer mais..., se em tres palavras explicamos tudo!...É Sabio, é Poeta e é Pae!...”⁵²

De facto, com o advento da Regeneração, o país entra numa era de maior serenidade. É neste período que se expande o acontecimento pedagógico de grande relevância: a aplicação e desenvolvimento do chamado *Método Repentino de Leitura* de António Feliciano de Castilho para as escolas primárias, inicialmente designado *Leitura Repentina*, e depois *Método Repentino*, *Método Português* ou *Método Castilho*, em 20 lições. No prólogo da 1ª edição (1850), intitulado *Leitura Repentina*, regista-se:

“o Methodo de leitura de Monsieur Lemare é engenhosamente fundado em bases naturaes. É fácil de comprehender, e de ensinar; faz do trabalho um passatempo, assim para os mestres como para os discípulos; e graças a todas estas clausulas, reduz a um mez, a vinte dias, e às vezes a menos, este primario ensino, que pelos methodos antigos devorava, e devora, annos”.⁵³

O método de *Leitura Repentina* é divulgado por Antónia Pusich no seu recém-criado jornal *A Beneficencia*, que o considera inovador e um meio a utilizar na luta contra a erradicação do obscurantismo intelectual em que viviam as mulheres da segunda metade do século XIX.

⁵² *Assembléa Litteraria*, 39 (19 Out. 1850) 58-60.

⁵³ A. F. Castilho - *Methodo portugez-castilho*. Lisboa : Empreza da Historia de Portugal, 1908. p. [17].

“ Em 1849 e 1850 o Methodo, ainda nas faixas infantis, foi muito bafejado pelos bons desejos de uma benemérita Sociedade, que em Lisboa funcionava, a “Consoladora dos Afflictos”, de que era Presidente uma virtuosa senhora (...).Essa senhora, dirigindo as suas delicadas collegas, contribuintes da “Consoladora”, tinha predilecção por todos os assumptos humanitários, protegia crianças desamparadas e, pensava em tudo quanto podesse civilizar as classes baixas. A senhora D. Maria Miquelina ouviu falar nas escolas de leitura repentina recém-fundadas em S.Miguel e, prestou ouvidos á innovação. A Castilho, que era sua relação, e em 1849 residia em Ponta Delgada, mas viera de visita á Capital, pediu o favor de conceder á Direcção da Sociedade umas horas, afim de expor oralmente as theorias do seu ensino, e suggerir o modo pratico de o aplicar aos mais desgraçados de todos os afflitos: os ignorantes.(...) e Castilho, convidado a ir ali expor os resultados que então começavam a apparecer, como grande novidade, nas escolas gratuitas e plebeias da Ilha açoreana, falou, e satisfez entre applausos a nobre curiosidade de taes ouvintes.“.⁵⁴

Este método deixou marcas positivas na história do ensino em Portugal e, trouxe à luz da imprensa o grave problema da situação do ensino primário, do analfabetismo, do valor do método de ensino, provocando polémica e discussão. Mais tarde, o método teve dificuldade em se impor, tendo sido ignorado pela Geração de 70, assim como as defensoras do método, Antónia Pusich, Maria José Canuto e Catarina Andrada.⁵⁵

Também *A Beneficencia*⁵⁶, segundo jornal fundado por Antónia Gertrudes Pusich em 1852 e dedicado à Associação Consoladora dos Afflitos, tratou o tema da instrução pública como um dos principais objectivos dos jornal:

“A Beneficencia, aparece no Mundo litterario, e busca o Estandarte da Cruz (...) levando a luz intellectual, aos ultimos confins da terra, que é mister civilisar! (...) N’um paíz, onde a civilisação começa apenas a raiar, onde as mulheres não encontram nas autoridades a protecção, que em paizes mais civilisados se lhes ministra, facultando lhes os precisos meios d’instrucção e engradecimento, por acções, que constituem a gloria de um povo;”

⁵⁴ *Idem*, p. 7-8.

⁵⁵ Cf. Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher...* p.343

⁵⁶ Segundo jornal fundado por D Antónia Pusich e dedicado à Associação Consoladora dos Afflitos, cuja presidente é D. Maria Miquelina Pereira Pinto. Cf. *A Beneficencia*, 1 (1 /11º de 1852) 2.

Como se depreende das reflexões de Antónia Pusich, a educação e a instrução eram as suas grandes preocupações, aproveita a imprensa para divulgar e lutar por elas, várias razões são apresentadas para existência de um bom sistema de ensino (Estado responsável, ensino gratuito e obrigatório, professores responsáveis e com bons ordenados). D. Antónia Pusich aproveita sempre qualquer pretexto para relembrar a necessidade de instruir o povo, e vários artigos são publicados com o título de “Instrução pública,”⁵⁷ assim como de outros colaboradores do jornal, também, referentes ao sistema de ensino. No editorial intitulado “O Natal e o Christianismo,” refere a importância da educação para que o homem possa usufruir da liberdade:

“A liberdade é um dom supremo que Deus concedeu ao homem, unida ao saber, não deve profanar-se (...) Eram mister instruir os povos para que não abusassem, e não convertessem a liberdade em licença, eis o que faltou; e amarga experiencia nos mostrou quanto a ignorância é fatal á sociedade, quanto a instrucção é indispensável ao bem estar dos povos”.⁵⁸

No editorial “Clamores no Deserto”, a educação e a instrução continuam a ser o centro das atenções:

“A ignorância é facil de vencer, porque semelhante á sombra foge aos primeiros raios de luz; mas o egoísmo vae com astucioso engano exaurindo as forças do genio, dificultando a instrucção publica (...) E com tudo os governos illustrados devem lembrar-se que por meio da illustração é que se erguem, e que a illustração os pode sustentar, ou derrubar”.⁵⁹

A dignidade da classe dos professores, as suas condições de trabalho, assim como as suas remunerações, também faziam parte do centro das suas atenções e para Antonia Pusich, como já constatámos, a instrução e a educação das meninas de classes desfavorecidas tornou-se uma obsessão permanente :

“Um dos principaes e mais importantes objectos de que se deve occupar a imprensa periódica, é a - instrucção publica - é esta uma das mais sagradas obrigações que tem

⁵⁷ *A Beneficencia*, 23 (1 Out. 1853) 1; 15 (15 Jul. 1854) 1; 16 (1 Ago .1854) 1.

⁵⁸ *A Beneficencia*, 5 (1 Jan. 1853) 2.

⁵⁹ *A Beneficencia*, 18 (15 Jul. 1853) 2.

contrahido com a sua patria todo aquele tomou a seu cargo a espinhosa missão do escriptor público –jornalista; - deve ser elle de continuo a chamar attenção do governo, em favor da instrucção publica; unico meio de civilizar os povos. Nós, pouco podemos, porque a nossa pena é fraca, em uma terra onde negam as devidas considerações ao sexo a que infelizmente pertencemos ; entretanto não obstante esses bárbaros preconceitos, que deslustrando os homens, degradáram as mulheres, reduzindo-as a prestar-se tão sómente a ser esposas e mães, ou não prestarem para mais cousa alguma, e por conseguinte a tornarem-se pesadas , e muito pesadas, á sociedade que as soffre sem a precisa instrucção que as habilite a servir dignamente a sua patria; (...) Entre outros serviços que temos tidos a gloria de prestar a Portugal, parece-nos que a parte que tomámos em favor do methodo repentino do sr. Castilho merece alguma consideração. Quando em Agosto de 1849, creámos a *Assemblea Litteraria*, jornal que levantou o estantarde da liberdade intelectual do sexo feminino, invocámos o nome do sr. Castilho para nos auxiliar. Em Outubro de 1850, tivemos a satisfação de receber uma obsequiosa carta de s.ex^a enviando-nos o seu methodo de leitura repentina: a carta do nosso imortal poeta é padrão de gloria com que elle se dignou coroar nossos trabalhos, e distinguir o nosso jornal consagrado á illustração das damas: o seu methodo é um riquíssimo dom que o seu genio sublime offertou especialmente ás damas, como educadoras do genero humano (...).⁶⁰

Antonia Gertudes Pusich continua a desenvolver o trabalho em prol da educação e ensino, agora divulgando e defendendo o Método Português – Castilho, reproduzindo o artigo que na *Assemblea Litteraria* se dedicara à Leitura Repentina,⁶¹ continua o seu elogio :

“Se em 1850 lendo o opúsculo - Leitura repentina, já o achámos bom, agora, depois de o ver aperfeiçoado e augmentado por seu illustre auctor, o achamos excelente; e na pratica deste engenhoso methodo ainda melhor se conhecem as vantagens que offerece.(...) O Methodo Castilho é de fácil comprehensão, é agradável, e offerece os melhores resultados que de prompto se reconhecem”.⁶²

A imprensa foi assim utilizada como meio de difundir ideias e de dialogar com as leitoras, como nos recorda, Ana Maria Costa Lopes⁶³ e foi fundamental para

⁶⁰ *A Beneficencia*, 23 (1 Out. 1953) 1.

⁶¹ *A Beneficencia*, 24 (15 Out. 1853) 1-3.

⁶² *A Beneficencia*, 25 (1 Nov. 1853) 1.

⁶³ Cf. Ana Maria Costa Lopes - *Imagem da mulher...* p. 277.

percebermos e compreender o envolvimento de Antonia Pusich na divulgação do Método de Repentino de Castilho, uma vez que nas suas revistas aparecem frequentemente notícias sobre o curso normal de leitura⁶⁴ e as posições por ambos assumidos na educação da mulher. Para D. Antónia Pusich o Método Castilho tinha a grande vantagem de ser rápido e eficaz, permitindo a aprendizagem em todas as idades, e era útil sobretudo para as mulheres, mães de família. Em 1855, Castilho em carta aberta a A.Pusich, confirma a eficácia do método:

”Cinco annos de provas numerosas e incontrariaveis tornam já incocussa a superioridade do methodo portuguez (...), o que a theoria annunciava, confirmou-o a experiencia: o methodo Portuguez é um progresso”.⁶⁵

Mais tarde, em 1871, D. Antonio da Costa em *Historia da Instrucção Popular em Portugal*, confirma o interesse do Método:

“O *Methodo portuguez*, como ensinamento do ler, foi bom pelas vantagens de ameno e aprazível, de fazer aprender em muito menos tempo e de se ficar sabendo muito melhor, vantagens de que suppomos ninguém duvida, porque o ataque foi aos accessorios e não ás bases. As bases são superiores à dicussão. Mas, no nosso entender, a razão porque a obra de Castilho se tornou mais relevante (e é n’este sentido que a historia da instrucção nacional deve receber o complexo d’aquella obra), foi, 1º, porque alem de levantar o pendão para a facilitação do ler, levantou-o implicitamente para a facilitação de todo o ensinamento primário; não foi só um methodo de leitura, foi a lei fundamental da pedagogia; 2º, e mais importante ainda, pela especie de revolução que elle occasionou na materia de instrucção popular, pelo movimento que produziu. No espirito da obra, no movimento geral, no pensamento da doutrinação consistiu tudo”.⁶⁶

Em 1 de Novembro de 1858, sai o nº1 do jornal *A Cruzada*, terceiro jornal fundado também por D. Antónia. O espírito liberal, missionário e defensor da instrução, mantém-se no editorial “A Portugal”:

⁶⁴ Cf. “Curso normal de Leitura e escripta” - *A Beneficencia*, 1 (15 Nov. 1853) 2-3; “Curso normal de Leitura Repentina” - *A Beneficencia*, 4 (1 Jan.1854) 3-5; *A Beneficencia* 5 (15 Jan. 1854) 2-4.

⁶⁵ *A Beneficencia*, 42 (1 Nov. 1855) 3.

⁶⁶ Antonio da Costa - *Historia da instrucção popular em Portugal*, p. 212.

“A Cruzada, jornal religioso e litterario, demanda um cantinho no vastissimo campo das gloriosas lides! É limitadissimo o contingente de suas luzes, mas seus desejos são grandes; acceitae-os.(...) Não cessemos de trabalhar pela instrução do povo, providência efficaz contra todos os assaltos...Neste paiz exhausto de proteccções, onde os que mandam não teem curado da instrucção do povo tanto quanto devem, e podem; aqui, onde as sciencias e artes brotam e prosperam milagrosamente, como em deserto sólo arvore proveitosa, nascida em terreno precioso, mas sem cultor; é mister que o povo se associe buscando na propria civilisação a sua independência. Temos a consciencia de haver concorrido com todas as forças da melhor vontade para a grandiosa empreza em que superiores intelligencias tanto se teem empenhado (e sem auxilio estranho) a *instrucção, e moralisação dos povo....*”⁶⁷

Em *A Cruzada*, o testemunho de Mariana Candida da Fonseca Dinne⁶⁸ confirma o empenho de Antónia Pusich e a lutas destas mulheres pela instrução e, que juntas formaram o núcleo feminino para constituírem a Associação Popular Promotora das Educação do Sexo Feminino em 1858 :

“A exm^a sr^a D. Antónia Pusich arvorou o seu estandarte - *A Cruzada* – o pensamento é nobre, é sublime! Todas as senhoras, verdadeiramente portuguezas, deverão alistar-se sob esta bandeira, lembrando-se de que a união faz a força, e que, reunindo-se uma ou outra vez que discutindo as verdadeiras bases da educação, poderão não só ser uteis a si, mostrando que a mulher não é fraca por lhe faltar a intelligencia, mas sim por faltar a *instrucção*”.⁶⁹

No artigo “Instrucção Popular”,⁷⁰ transcreve-se em estilo de acta a reunião promovida pela Associação Promotora da Educação Popular, fazendo-se referência ao *methodo portuguez repentino*, método adoptado pela associação, mas esclarecendo que se podia encontrar outras soluções, para além da influência de A. F. Castilho e, também elogiando a actividade de professora Maria José da Silva Canuto e advogando outras causas, nomeadamente a abertura de novas escolas e a selecção de professores. O método de Castilho é elogiado e defendido por algumas escritoras, jornalistas,

⁶⁷ *A Cruzada*, 1 (1 Nov. 1858) [1].

⁶⁸ Mariana Dinne foi professora e colaboradora de vários jornais, companheira de Maria José Canuto e de Antónia Pusich. Cf. Zília Osório de Castro, João Esteves, dir. - *Dicionário no Feminino*, p. 755-757.

⁶⁹ *A Cruzada*, 2 (15 Nov. 1858) 13.

⁷⁰ *A Cruzada*, 3 (15 Dez. 1858) 19.

educadoras dedicadas à causa e novamente encontramos referência no artigo “Congratulação patriótica”:

“(...) entretanto que podiam ensinar por outro e ficava livre a escolha; para se conhecerem as preferencias é preciso estabelecerem-se as comparações; e como o nosso fim é instruir, ensine cada qual pelo melhor modo que souber”... ⁷¹

O que se pretende demonstrar com as acções destas mulheres letradas e lutadoras, é a sua dedicação e empenho para com as mulheres analfabetas, numa atitude de proselitismo para com a sociedade existente. Assim, instruía-se as mulheres para que elas pudessem educar “melhor” a sociedade dos homens pois, melhor instruídas que as suas antecessoras, as mulheres do século XIX, teriam e tiveram um acesso à leitura mais facilitado, parecendo que a maior diferença entre a leitura masculina e feminina se encontrava no conteúdo e na forma como a leitura era feita.

“Acompanha esta mudança, a difusão de um novo discurso sobre as mulheres, o qual tende a reabilitá-las, reinvidicando-se a valorização do seu estatuto e do seu lugar na sociedade“. ⁷²

Os principais defensores da «instrução pública»⁷³ são naturalmente os pensadores liberais do séc. XIX que, ao preconizarem a mobilidade entre as classes sociais principalmente no que se refere à ascensão da pequena e média burguesia, consideravam que a instrução era o meio adequado para o conseguir. Procurou-se estruturar um sistema de educação com iniciativas próprias no sector primário, mas não vamos analisar o seu conteúdo, mas apenas salientar alguns aspectos que nos pareceram mais importantes e destacar o que se refere à instrução feminina.

Embora a Constituição de 1822 previsse a abertura de escolas para ambos os sexos, foram criadas em escasso número, e na reforma de Rodrigo da Fonseca, em 1835 nem sequer figurava o ensino feminino; em 1836, Passos Manuel criava escolas femininas nas capitais de distritos; em 1844, Costa Cabral autorizava o governo a abrir escolas mistas, com vista à instrução do sexo feminino. Contudo o número de escolas pouco aumentou. Só a partir de 1850 a instrução feminina progride um pouco, multiplicando-se o número de escolas primárias destinadas a este sexo, investindo-se

⁷¹ A *Cruzada*, 3 (15 Dez. 1858) 18-19.

⁷² Irene Vaquinhas - *Senhoras e mulheres...* p. 25.

⁷³ Cf. Luis Reis Torgal - “A instrução pública”, p. 609-651.

em simultâneo no nível cultural das mestras. A família será, de algum modo, destituída do seu carácter de educadora principal, passando o Estado a ser responsável pela educação dos cidadãos, procurando fornecer a todos uma igualdade de circunstâncias, numa perspectiva da modernização interligada com alfabetização, os Estados nacionais passam a ser:

“os responsáveis pelo desenvolvimento de um sistema de ensino público gratuito e pelo carácter obrigatório da escolaridade elementar, medidas cuja conveniência foi tema de debates parlamentares e da imprensa”.⁷⁴

De facto, a instrução, a escola «pública» aparecerão no século XIX como o substituto das escolas paroquiais, deslocando o poder de ensinar do domínio religioso, representado pelos párocos, para o domínio público estatal, representado pelos professores e deste modo a escola pública corresponde a um novo paradigma social. Quem formará as consciências deixará de ser a esfera religiosa e privada, e passará a ser a esfera política e pública.

Sobre a necessidade da instrução popular feminina e pertinência do ensino público feminino, um dos primeiros textos que se destaca em Portugal é: “*A instrução nacional*,” data de 1870 e é da autoria de D. António da Costa. O capítulo II, dedica-se integralmente à educação da mulher e, inicia-se assim :

“A chaga é profunda. Acabámos de ver que a proporção portugeza de 1 escola para 1:000 habitantes, comparada com a da Europa, é uma desgraça. Pois bem ; a proporção especial nas escolas do sexo feminino não é de 1 escola para 1:000 habitantes, é de 1 para 6:000! Vimos que era outra desgraça a proporção de 1 aluno para 32 habitantes. A proporção, no sexo feminino é de 1 alumna para 80 habitantes! Existem no reino 550:000 meninas de tres a quinze annos de idade que se deviam matricular nas escolas. Pois bem ; d’estas só 27:000 frequentam as escolas officiaes e particulares ; sendo 4:000 as freguezias, só 350 possuem escolas officiaes. (...) Como se vê, em Portugal educam-se incomparavelmente menos mulheres do que homens. Pede-se hoje na Europa que mulheres e homens se instruem em proporção igual. Pois nós sustentâmos uma opinião de que há muito andâmos convencidos, e é que, na duvida, a educação do sexo feminino

⁷⁴ Rui Ramos - “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal”, p. 1068.

seja preferida à do sexo masculino. Bastaria a razão de que um homem educado pódde deixar os filhos por educar ; uma mulher, não os deixará de certo”.⁷⁵

As primeiras preocupações com a educação da mulher tinham a ver com o seu papel na família, sobretudo enquanto mãe – primeira educadora dos filhos, enquanto esposa - capaz de acompanhar o marido numa festa, numa conversa, enquanto dona de casa - capaz de gerir com sobriedade os bens de família, de administrar e construir o bem estar dentro de casa. Lopes Praça publica em 1872, *A Mulher e a Vida...*, uma obra que tenta moralizar e transformar a sociedade portuguesa, procurando estudar objectivamente a condição feminina, apoiando com interesse as ideias mais avançadas da época. Dedica a III secção, à mulher, à sua educação, literatura e ciência, valorizando o contributo da mulher :

“Que o estado garanta a inteira liberdade de ensino, que a iniciativa individual não ponha de parte a educação scientifica das meninas que quizerem cultivar mais largamente a sua intelligência. As escolas primarias chamarão as secundarias, estas as superiores e as profissionaes. A meninas aprenderão umas os seus deveres de esposas e mães; outras a profissão mais conforme com as suas tendencias, e todas se tornarão uteis pela sua illustração, pelo seu trabalho, e pelo emprego rasoavel da sua actividade. (...) Toda a mulher instruída convenientemente deve formar uma idéa clara das suas principaes relações com as diversas áreas da actividade umana. Só, por esta forma tenderá a desaparecer a mulher ordinária, acanhada, submissa e serva, dando lugar à mulher ilustrada, prudente, responsável ...”⁷⁶

Valoriza-se o aspecto da educação como um factor de mudança. A estatística mostra o ostracismo a que o sexo feminino era votado relativamente à sua educação. Pelas leituras assumidas, podemos presumir que o grande arranque da instrução feminina se dá, a partir de meados do século quando as escolas femininas passam de 53 em 1854 (4,4%), para 153 em 1862 (9,7%) e 362 em 1899 (15,3%), nunca mais parando de crescer a bom ritmo até final de Oitocentos quando atingem as 1345 (29,9%).⁷⁷ O que significa que os avanços da escolarização feminina, mesmo que lentos, procuraram recuperar do atraso, ao nível do ensino primário, no final do século XIX.

⁷⁵ Antonio da Costa - *A instrução nacional*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1870. p. 125 ; 127

⁷⁶ J.J. Lopes Praça - *A mulher e a vida*. Lisboa: Colibri, 2005. p. 239.

⁷⁷ Cf. Paulo Guinote - *A Educação no feminino (1900-2000)*. Lisboa : Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, 2006. Tese de doutoramento. p. 277.

Maria Amália Vaz de Carvalho, conhecida também como educadora, em algumas das suas obras aborda os problemas da educação das crianças e das mulheres, sobre esta matéria e à luz dos nossos dias comparando com as jornalistas já mencionadas, apresenta-nos uma visão redutora e bastante conservadora, mas importante para compreensão da mentalidade da época. A educação preconizada por Maria Amália Vaz de Carvalho é a da instrução associada à missão da mulher, enquanto ser que governa a vida conjugal e doméstica:

”A ignorancia nunca salvou uma só mulher, e se os desequilibrios fataes da imaginação téem perdido algumas, é isso devido ainda ao mesmo desgraçado factor, quer dizer, á péssima interpretação que até hoje se tem dado á educação e aos deveres da mulher.(...) A submissão é o nosso papel; fica-nos bem, e ainda mesmo que nos ficasse mal, tínhamos fatalmente acceital-o. Mas, mas a submissão reconhecida como um dever moral, que aos nossos proprios olhos nos exalta, é bem diferente da submissão servil e instintiva de femea (...)”⁷⁸

Todos estes autores nos ajudam a reflectir sobre a educação feminina, no sentido em que a educação das mulheres seria uma questão de ordem pragmática para a sociedade: o aperfeiçoamento da educação feminina era também uma forma de melhorar a educação masculina. Por outro lado, ao assistirmos, no século XIX, a uma tão grande mudança na vida urbana, não é possível ficar indiferente ao facto de as mulheres saírem para a rua competindo com os homens pelos lugares de trabalho na indústria, embora ainda em dimensões reduzidas e ainda nos novos serviços públicos. No final do séc. XIX, apesar de legalmente reconhecida a igualdade da mulher relativamente ao sexo masculino e podendo esta traçar o caminho da independência através da educação e instrução, a emancipação seria ainda sinónimo de dissolução familiar e de decadência social.

Contudo, o analfabetismo persistia. A justificação pode residir, por um lado do ponto vista subjectivo numa deficiente política cultural para a educação dos estratos sociais populares, mas existem razões que se prendem com o desenvolvimento económico e a evolução social. Manuela Tavares, no que reporta à instrução, explica que :

⁷⁸ Maria Amália Vaz de Carvalho - *Cartas a Luíza*. Porto: Barros e Filha, 1886. p. 10-11.

“A alfabetização das massas populares representou, em momentos particulares da vida política portuguesa, uma ameaça para as elites burguesas em ascensão.(...)As elites intelectuais, que se preocupavam com a formação do cidadão e com a sua participação activa na vida da Nação, consideravam, por sua vez que a alfabetização era fundamental, mas não o suficiente. Ela permitiria o acesso à leitura e, consequentemente, uma consciente e mais esclarecida integração na sociedade, mas não significaria, no entanto, que o alfabetado tivesse imediato acesso à cultura letrada. A insuficiência da aprendizagem e outras dificuldades inerentes à leitura do texto escrito explicam que a tradição oral mantivesse um papel importante no fenómeno da alfabetização (...)

A regeneração cultural do país, introduz o combate ao analfabetismo, através do processo de “vulgarização cultural” e na propaganda da educação. Para ultrapassar a deficiente aprendizagem escolar existiam outros meios e formas variadas que permitiam uma aprendizagem não formal e uma sociabilidade integrada. O teatro, os jogos, a música, a leitura (A leitura pública é incentivada desde os inícios do século com a criação de gabinetes de leitura, posteriormente criam-se bibliotecas públicas, as bibliotecas populares)) e a imprensa foram veículos fulcrais para percurso cultural dos cidadãos no caminho do progresso.⁷⁹

Vinte anos após o início da actividade de Antónia Pusich, no Portugal de 1870, o panorama da instrução feminina, não podia ser senão de “total desconsolo”, como escrevia D. António da Costa, uma das pessoas que mais se bateu pela instrução feminina no nosso país. Comprova esta apreciação o valor da taxa de analfabetismo feminino que era de 89,3% em 1878. Mas esta situação parece estar em vias de mudança. O fortalecimento da burguesia, a necessidade de uma mão-de-obra qualificada, e a crescente intervenção feminina em favor da educação do seu sexo, foram factores que contribuíram decisivamente para o acesso da mulher à instrução e para a melhoria gradual dos planos curriculares, equiparando-os aos do sexo masculino e, em 9 de Agosto de 1888, o governo aprova o diploma legal que autoriza a criação de institutos destinados ao ensino secundário do sexo feminino em Lisboa, Porto e Coimbra.⁸⁰

⁷⁹ Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro - “Livros e Leituras no século XIX”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 20 (1999) 190-191.

⁸⁰ Cf. Irene Vaquinhas - *Senhoras Mulheres...* p. 29.

3. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

A diversidade de situações em torno da escolarização da mulher nem sempre permite estabelecer hipóteses de trabalho consistentes, devido à escassez de dados disponíveis. As mulheres oitocentistas que no geral estavam no plano de ouvintes das leituras dos homens e do clero podiam agora aceder à leitura. Estas novas leitoras do século XIX parecem desenvolver outros gostos e parece, também, que novas formas de literatura foram concebidas para seu consumo, tais como romances, folhetins publicados nos jornais.

E, à volta deste tema foram-se levantando **questões**, que continuam sem resposta:

1. A imprensa periódica poderá ter contribuído para a consolidação do ensino feminino, justificado pelo papel da mulher como educadora de futuros cidadãos?
2. A partir da segunda metade do século XIX, em que dimensão as variáveis sócio económicas do país poderão ter orientado as classes emergentes para o ensino técnico profissional, ultrapassando o ensino primário?
3. O incentivo à instrução originaria um novo tipo de leitores, nos quais as mulheres foram incluídas?
4. O papel da mulher leitora, tradicionalmente o de guardiã de rituais, costumes e tradições familiares estaria em vias de mudança?

Partindo desta questões, parece-nos que a investigação a prosseguir deveria dividir-se em dois núcleos, com o objectivo de contribuir para um melhor conhecimento do papel da imprensa na expansão da leitura e emergência da nova leitora. Deste modo, colocaram-se duas **hipóteses de investigação**:

1. Estudar a contribuição da imprensa periódica para a escolarização e instrução feminina das classes mais desfavorecidas, na segunda metade do século XIX
- emergência da nova leitora;
2. O fenómeno leitura nas classes emergentes e a identificação do perfil sócio-

económico e profissional da leitora e identificação da tipologia da leituras :
de evasão, romance, informativa...

A indicação dos dois núcleos não esgotam a investigação. Inseridos num período – a segunda metade do século XIX - apresentam uma conjuntura política que proporciona mudança de mentalidades e alteração de comportamentos, aspectos que exigirão análise.

Para além da questão das perspectivas das vivências das mulheres oitocentistas interessa-nos perceber o que determinou a organização da sociedade, o modo de comportamento, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da actualização de conhecimentos e a maneira de pensar das mulheres que estavam condicionadas pela cultura. Esta nova atitude perante a sociedade, parece ser justificada pelo aumento do número de leitores / leitoras, pela progressiva alfabetização e escolarização até aos finais do século XIX, pela transformação dos meios de comunicação. Um meio de satisfazer o desejo de conhecer e de saber que a sociedade feminina manifestava, surge com a divulgação da imprensa periódica na sociedade portuguesa. As diferentes formas de ler e a relação estabelecida com o livro e jornal podem também definir práticas interligadas de sociabilidade. Desenvolve-se uma ligação entre o hábito da leitura, a presença do livro ou jornal e a leitura feminina, quer na intimidade do espaço privado, quer posteriormente no espaço exterior e aberto. Surge uma:

“cultura urbana de massas num quadro histórico e efeitos multiplicadores
nos planos social e cultural que transformaram o espaço público em Portugal”.⁸¹

Os periódicos também se popularizam no século XIX, como se pode deduzir pelo grande número de publicações existentes, algumas das quais femininas. Em contraposição à imagem de que as mulheres não liam, surgem indícios que demonstram alteração de realidades e mentalidades. A publicação de romances, contos e novelas pela imprensa periódica, incluindo a feminina, o crescimento e divulgação dos Gabinetes de Leitura, os anúncios na imprensa feminina. Parece que de facto, a população em geral começa a ler:. Sabe-se que a imprensa foi utilizada, com o objectivo de promover a educação e instrução do povo. Garrett, Herculano, Castilho entre outros conscientes da

⁸¹ Luis Augusto Costa Dias - “O papel do impresso”, p. 309

ignorância e do atraso das populações, propõem-se a elevar o nível de conhecimentos dos seus leitores e torná-los receptivos a novas ideias, investindo as suas competências, promovendo projectos que têm como objectivo a formação de classes populares. Por outro lado, os jornais e revistas cumprem o papel de difusão de notícias e do conhecimento, para além de divulgação na imprensa periódica de obras literárias, nelas Assim, através da imprensa, tentam cativar camadas cada vez mais extensas de leitores, ora instruindo, ora distraíndo e a influência da imprensa se vai alargando a novos leitores e leitoras:

“A imprensa periódica torna-se o mais importante intermediário e aliado da mulher que anseia pela transformação da sociedade. (...) É assim, ao longo de todo o século XIX, o principal espaço público do debate feminino (...) a imprensa torna-se o espaço privilegiado da conquista da autonomia e do poder, ao garantir com ou sem o consentimento e apoio do outro sexo, a construção de um lugar público e visível para a mulher.(...) Ao contrário a inacessibilidade inerente aos salões”.⁸²

A instrução é a porta que abre os caminhos à mulher, para que ela se possa integrar na sociedade em pleno e o ensino feminino surge quase sempre à revelia da instrução. Há que identificar o nível de instrução feminina. A alfabetização no século XIX deve ser compreendida, como nos diz Rui Ramos:

“Como um mínimo de instrução comum a todos os cidadãos” e como “cultura letrada para as massas (...).Em Portugal, desde a década de 1820 que a “instrução primária gratuita” foi garantida pelo “Estado a todos os cidadãos”. Em 1835, ao decretar-se a sua obrigatoriedade, a instrução passou a ser, para os portugueses, o único direito que era também uma obrigação. Pode parecer estranho que cerca de meio século depois, os recenseamentos da população descobrissem o analfabetismo de três quartos dos habitantes do reino. O que vamos dizer para explicar esta situação é que, em primeiro lugar, o analfabetismo não era uma questão em si, mas existia apenas em função da ideia de educação popular. Ora, durante anos, a instrução pública garantida nas leis, e os preconceitos que lhes estavam subjacentes, foram um obstáculo a que se desenvolvesse um tipo de alfabetização do estilo escandinavo. (...) A confusão entre educação popular e alfabetização deriva do facto de se tomar como índice da primeira a capacidade para ler.(...) O facto da alfabetização estar subordinada à instrução pública fez com que o

⁸² Cf. Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher* ...p. 22; 602

problema não fosse reconhecido como digno de ser resolvido por si. Pior, condenou-se a alfabetização ao fracasso a que estava destinada a irrealizável utopia da educação popular...”.⁸³

É sabido que na reconstituição de dados para a história da leitura das mulheres das classes trabalhadoras, o principal obstáculo é precisamente construir o percurso das aprendizagens formais e como nos refere Martyn Lyons :

“C’est l’«âge d’or du livre» en Occident: la première génération à accéder à l’alphabétisation de masse aura aussi été la dernière chez qui l’imprimé n’avait aucun rival comme moyen de communication(...) cette expansion du public des lecteurs avait été accompagnée par le développement de l’enseignement primaire”.⁸⁴

Ainda durante todo o séc. XIX vai prevalecer nas mentalidades a constante associação da mulher aos trabalhos caseiros, à função maternal e ao casamento, mas vislumbra-se uma mudança, conforme nos diz Helena de Castro:

“Foi um aspecto específico do fenómeno educativo - o aspecto da instrução – que se transformou no representante quase único da problemática sobre a educação no séc. XIX e que despoletou de forma mais clara a discussão acerca da desigualdade de oportunidades entre as diferentes classes sociais e entre as mulheres em particular – uma desigualdade que não tinha somente a ver com as diferenças sociais, mas acentuava significativamente as diferenças sexuais”.⁸⁵

Poderemos assumir que as meninas ou mulheres que aprenderam a ler, a partir das décadas de 1851, poderiam ser as novas leitoras de finais do século de oitocentos? Novamente, Martyn Lyons nos dá a resposta relativamente à Europa, ajudando-nos a reflectir sobre o caso português:

“Au XIX siècle, l’Occident accède à l’alphabétisation de masse. Les progrès enregistrés au siècle des Lumières se poursuivent, et entraînent l’apparition d’un nouveau public de lecteurs, à la croissance rapide, consommateur de journaux et de

⁸³ Rui Ramos - “O método dos pobres : educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX) *Colóquio, Educação e Sociedade*. Lisboa. 2 (Fev. 1993) 47; 49.

⁸⁴ *Apud* António Candeias - “ Alfabetização e escola em Portugal”, p. 37.

⁸⁵ Helena de Fátima Gonçalves de Castro - *Emancipação da mulher e regeneração social no século XIX segundo Lopes Praça*. Lisboa : Universidade de Lisboa, 2000. Tese de mestrado. p. 160.

romans bom marché. Dans la France de la Révolution, environ 50% des hommes et 30% des femmes savaient lire. En Grande-Bretagne, où les taux d’alphabétisation étaient déjà supérieurs, 70% environ des hommes sauront lire en 1850 et 55% des femmes. Dans l’Empire allemand, en 1871, la population était alphabétisée à 88%”.⁸⁶

Em Portugal, em 1870, a taxa de escolarização era de 13%, tendo subido em 1890 para 22%. Relativamente às crianças, em 1878, quase 80% dos portugueses maiores de 6 anos do continente não sabiam ler,⁸⁷ sendo um dos fenómenos que mais acentuou a diferença comparativamente aos restantes países europeus, no século XIX. No que se refere aos dados da alfabetização feminina em Portugal, as mulheres são mais alfabetizadas a sul que a norte do Tejo, pois só 13,4% das mulheres da Estremadura (distritos de Lisboa e Santarém), responderam que eram capazes de ler e no norte só 7,6% puderam dizer o mesmo, e no final do século XIX, 29,1% de todas as mulheres alfabetizadas viviam em Lisboa ou no Porto.⁸⁸

A identificação social e intelectual das novas leitoras será o segundo núcleo a ser estudado. As referências da conjuntura política, da sociedade, exigem a reconstrução dos quotidianos, ocupação dos tempos livres, desenvolvimentos da sociabilidade feminina, aspectos que definem um quadro mental da época:

“Acompanha esta mudança, a difusão de um novo discurso, sobre as mulheres, o qual tende a reabilitá-las, reivindicando-se a valorização do seu estatuto e do seu lugar na sociedade. Sendo conhecido por feminismo ou feminismos, este ir-se-á consubstanciar sob diversas formas de intervenção, desde a fundação de associações a manifestações políticas, passando pela organização de conferências públicas, a criação de jornais e revistas ou publicação de artigos. É geralmente sob esta última forma que o feminino se vai expressar no nosso país, beneficiando do desenvolvimento que a imprensa feminina teve no decurso do séc. XIX, tanto em Portugal, como na maior parte dos países europeus”.⁸⁹

A maioria destas mulheres pouco leria, a não ser as do grupo das mais instruídas, a ausência de estatísticas sobre esta temática, obriga-nos a recorrer aos testemunhos de

⁸⁶ Martyn Lyons – “Les nouveaux lecteurs au XIX siècle : femmes, enfants, ouvriers”. In *Histoire de la lecture dans le monde Occidental*. Paris : Ed. du Seuil, 2001. p. 393.

⁸⁷ Cf. Rui Ramos - “Culturas de alfabetização...” p. 1067.

⁸⁸ *Idem*, p. 1070.

⁸⁹ Irene Vaquinhas - *Senhoras e Mulheres ...* p. 25.

autores da época, quer em livros quer em jornais. Se bem que muitas das vezes, os testemunhos de época estejam imbuídos de preconceitos sobre a instrução, a escrita e a leitura, tais como: o sexo feminino era fraco, influenciável, facilmente dominado pelo sentimento e imaginação e a liberalização da leitura, poderia desencadear actos nefastos à formação das jovens. Contudo, existiram mulheres cultas e letradas que usaram a escrita e os jornais como veículos para transmitirem a necessidade da expansão dos saberes no universo feminino e a ideia de que a alfabetização era “*primeira condição de entrada no mundo civilizado*.”⁹⁰ Apesar da mulher não ser considerada um elemento activo no palco político, uma plena cidadania ainda lhe é negada pela legislação das sociedades liberais:

“Para além da acção educativa familiar e da instrução escolar, de que forma poderia através da leitura e ocupando os seus tempos livres, um rapariga complementar a sua formação? .”⁹¹

As mães oitocentistas eram as mais directas responsáveis pela vigilância do quotidiano das suas filhas e pela selecção cuidadosa dos títulos que poderiam ser deixados ao seu dispor. As obras, desde os autores clássicos até aos seus contemporâneos(as), deviam ser especificamente destinadas a facultar bons exemplos e modelos de comportamentos a adoptar na vivência quotidiana. A educação e o ensino feminino, bem como o ensino técnico (industrial, comercial e agrícola), conduzem-nos à necessidade de se proceder a investigações que nos proporcionem um conhecimento mais específicos das populações, das suas vivências quotidianas na sua relação com o processo de implementação da escolaridade pública em Portugal, na segunda metade do século XIX. Interessa-nos posicionar estas mulheres num grupo social, para as diferenciar das jovens mulheres das classes privilegiadas, pois a investigação futura sobre a emergência da nova leitora, coloca-nos essa interrogação. As novas leitoras poderão ser as mulheres que ultrapassaram o ensino primário e ingressaram noutra tipo de ensino? O progresso do ensino ajuda ao crescimento do leitorado? Por outro lado, há a considerar também a conciliação das finalidades do ensino técnico industrial feminino, de formação profissional de mão de obra interveniente directamente no

⁹⁰ Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da mulher...* p. 325.

⁹¹ Paulo Guinote - *Quotidianos femininos*, p. 61.

aparelho produtivo, e a pretensão função de mãe educadora. Maria Teresa Pinto⁹² entende, que ao questionar a proveniência social, o futuro profissional da população discente feminina das escolas técnicas industriais, teremos resposta para a configuração do ensino feminino e para a defesa da escolarização das raparigas. O objectivo é identificar o perfil sócio - económico das mulheres, as suas preocupações de ordem cultural, social e cívica e esses dados poderiam ajudar a traçar o perfil das suas leituras, os seus tempos de ócio:

”O debate sobre a criação e a especificidade do ensino secundário feminino foi, no entanto, antecedido pela distinção entre os ensinos frequentados por raparigas da burguesia e da aristocracia e por filhas das classes populares, reflexo da construção dos modelos de feminilidade, socialmente diferenciados (...). Assim, na instrução, a ministrar às primeiras estavam subjacentes prioridades sociais, decorrentes das suas funções de educadoras dos futuros cidadãos e de esposas daqueles que detinham, pelas profissões e cargos desempenhados, responsabilidades de maior vulto no funcionamento do país,(...) justificando-se assim que a sua instrução se prolongasse para além do ensino primário. No que respeita às filhas das classes trabalhadoras, a sua integração precoce nas actividades laborais implicou uma dupla preocupação social: por um lado, as suas competências domésticas e maternais não poderiam ser assimiladas no seio da família, dada a falta de tempo e, por outro lado a actividade profissional contrariava o paradigma burguês da domesticidade, que se pretendia hegemónico (...). Nesse sentido, a preparação escolar que lhes era aplicada centrava-se numa forte componente moral e na aprendizagem da leitura, da escrita e da aritmética simples, completadas por trabalhos manuais de agulha. Verifica-se, pois que a defesa da escolarização das raparigas, na segunda metade do século XIX, quer fosse de nível básico e profissionalizante, para as classes populares quer fosse de nível secundário para burguesia, era balizada por exigências e limites de ordem socio-ideológica perfeitamente diferenciados”.⁹³

Na restante Europa, o tradicional desvio entre a taxa de alfabetização dos homens e das mulheres só começa a desaparecer nos finais do séc. XIX, e era mais acentuada na escala social mais baixa. Uma estreita divisão sexual do trabalho reinava a este respeito em algumas famílias, atribuindo-se às mulheres a tarefa de fazer a leitura diante

⁹² Cf. Maria Teresa Valente Pinto - *O ensino técnico industrial feminino em finais do séc. XIX* : A Escola Damião de Goes em Alenquer. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. Tese de mestrado. p. 6.

⁹³ *Idem*, p. 20-21.

da família e aos homens os trabalhos de escrita e de contabilidade. As novas possibilidade de emprego feminino (professoras, vendedoras ou empregadas) e os progressos registados pelas mulheres nas suas aspirações sociais terão sido um factor de de crescimento alfabetização mais importantes. As mulheres da burguesia ou da pequena burguesia não encontravam muitos obstáculos à leitura: quando elas não tinham meios para comprar livros regularmente, pediam-nos emprestados às bibliotecas públicas.⁹⁴

Nunca, até então, a leitura feminina fora tão considerada pelos romancistas, editores, bibliotecários, e também pelos pais ansiosos em proteger as suas filhas dos perigos da imaginação ou excitações eróticas. A personagem da leitora aparece cada vez com frequência nos livros e jornais, tornando-se um tema apelante e apresentando uma visão diferente e mais moderna da mulher.

Se bem que as mulheres não fossem as únicas a ler os romances, os editores desde que se tratassem de romances populares, pensavam primeiro nelas. Esta feminização do leitorado de romances parecia confirmar os preconceitos e juízos dominantes sobre o papel da mulher e da sua inteligência: pois se os romances eram considerados como literatura de mulheres, e estas eram vistas como seres frágeis e sonhadores, aprisionadas nas suas emoções, logo eram limitadas nas suas capacidades intelectuais. O romance era a antítese da literatura informativa. Considerando os pressupostos analisados, os factores estruturais e conjunturais da segunda metade do século XIX em Portugal, tentaremos definir o perfil dos novos leitores, à semelhança dos novos leitores do ocidente.

Na opinião de Martyn Lyons:

“The history of reading is concerned with all the factors which have determined the reception of texts. It asks what read in any given society, by whom and how (...) What exactly was the purpose of reading for the readers under consideration – did they read for distraction and escape, for learning, for reference, for practical advice or out of religious devotion?”⁹⁵

Ler pode ser um processo criativo, pois o leitor não é um recipiente vazio que recebe automaticamente a impressão do que está a ler, eles seleccionam, interpretam,

⁹⁴ Cf. Martyn Lyons - “Les nouveaux lecteurs aux XIX siècle...”p. 393-430.

⁹⁵ Martyn Lyons - *A history of reading and writing in the Western World* .London : Palgrave Macmilan, 2010. p. 2.

trabalham e imaginam o que estão a ler. O princípio da autonomia do leitor é fundamental para a história da leitura. Os dados apresentados não são contudo suficientes para responder às questões e toda a investigação a empreender terá o propósito de procurar, identificar e cruzar informação que nos permita confirmar que a mulher oitocentista das classes populares, se tornara uma leitora.

O objectivo é estabelecer a ligação consequente entre os vários elos : provisão de escolas para raparigas, expansão de oportunidades para o trabalho feminino. A continuidade na feminização da leitura pública e a mudança de expectativas das mulheres, não só contribuiu para aumentar o nível de literacia feminina, mas também para que a mulher encontrasse o seu próprio espaço. Os novos leitores, segundo Martyn Lyons, são: Mulheres, crianças e operários.⁹⁶

“Au XIX siècle, l’Occident accède l’alphabétisation de masse. Les progrès enregistrés au siècle des Lumières se poursuivent, et entraînent l’apparition d’un nouveau public de lecteurs, à la croissance rapide, consommateur de journaux et de romans bon marché”.

O uso da leitura, a escolha de textos começam a escapar à tutela e aos poderes estabelecidos e a leitora começa a procurar nos livros algo mais do que a palavra institucionalizada. Ou seja, as leitoras emancipam-se e procuram uma leitura que lhes convenha, tanto para se distraírem, como para se instruírem, tornando-se essa mesma leitura também um elemento de distinção. No final do século XIX, em França, por exemplo homens e mulheres estavam igualmente alfabetizados, se bem que as suas leituras e gostos fossem de diferentes. Em geral, os jornais estavam destinados aos homens que, por vezes, liam alguns extractos às suas mulheres. Estas gostavam de romances e vão preconizar o desenvolvimento da imprensa feminina encorajar os editores a publicar romances para as senhoras.⁹⁷

A produção em massa de romances populares era muito bem recebido pelos novos leitores e contribuía para tornar este público mais homogéneo. A idade de ouro do livro no Ocidente, ainda segundo Lyons, foi o meio século entre 1880 – 1930, assim no Ocidente a leitura pública foi sendo dirigida para outras camadas sociais e o livro

⁹⁶ Cf. Martyn Lyons - “Les nouveaux lecteurs au XIX siècle” p. 393-395.

⁹⁷ Cf. Chantal Horellou-Lafarge ; Monique Segré - *Sociologie de la lecture*. Paris : Ed. La Découverte, 2007.p.35

atingiu vários leitores, tornando um objecto de consumo tal como o sabão e as batatas. Muitos leitores tinham ido à escola, mas por pouco tempo ou irregularmente. A obrigação de ganhar a vida desde cedo, ou ir procurar trabalho longe, impedia-os de frequentar a escola durante muito tempo. Constituíam um conjunto de autodidactas, que tinham tomado para eles o essencial do que sabiam. Os novos leitores do séc. XIX eram também a pequena burguesia, artesãos e pequenos empregados que formavam a grande clientela das bibliotecas de empréstimo. Mas o grande público consistia em mulheres, estas novas leitoras que reclamavam quase sempre uma literatura de evasão, em preferência às obras práticas e instrutivas. E em Portugal, qual será a relação da leitura com as novas leitoras, se é que existe esta tipologia?

“É através do que circula, do que se lê, ou procura ler, do que é produzido, quer entre nós, quer pela via da tradução, que é possível tomar o pulso às ideias que matizaram o pensar e o idealizar da sociedade portuguesa”.⁹⁸

Actualmente sabemos que entre as razões que levam uma pessoa a ler, estão: o lazer, a necessidade de actualizar conhecimentos, aprofundar determinado assunto. Sendo a leitura uma construção de significados e sendo o acto de ler extremamente complexo, também se deve considerar o motivo e o sentido que levam um leitor a um texto. Leitura e escrita sempre estiveram associadas ao poder e foram usadas como forma de dominação. Por isto, o romance do séc. XIX acabou associando a leitura feminina, às características tidas como naturais da mulher como sensibilidade, irracionalidade e emoção, impondo o amor como ingrediente constitutivo, e essencial da identidade feminina. Será essa a razão, pela qual o romance acabou por ficar associado à leitura feminina? À chamada literatura de evasão? Mas existe também literatura formativa? “Leitura mundana?” como lhe chama Fátima Nunes⁹⁹. Estas e outras questões serão aprofundadas em investigação posterior.

Paulo Guinote em *Quotidianos femininos* estabelece a diferença entre o que entende por “literatura formativa” e “literatura de evasão”¹⁰⁰. A formativa integra todo o tipo de obras que as mães procuravam apresentar como modelos do comportamento

⁹⁸ Maria de Fátima Nunes - “O fenómeno da difusão da leitura”, p. 648.

⁹⁹ Cf. Maria de Fátima Nunes - “A leitura política, económica e mundana”, p. 335.

¹⁰⁰ Cf. Paulo Guinote - *Quotidianos femininos...* p. 64.

feminino e indicações para as atitudes a tomar nas diversas situações passíveis de serem enfrentadas na vida familiar e em sociedade. Eram títulos de carácter ensaístico e assumidamente pedagógicos da acção feminina, isolados ou incluídos em colecções claramente vocacionadas para a formação da população feminina. Podiam ser também textos de ficção, mais ao menos moralistas, destinados a formar pela apresentação de exemplos concretos de vida e finalmente, as colunas mais informais que gradualmente vão sendo inseridas na imprensa e destinadas à transmissão de conhecimentos úteis à mulher, enquanto esposa, mãe e dona de casa. Dentro destas categorias deve ainda fazer-se um par de distinções: obras que são originalmente portuguesas e as que se devem a traduções, mais ao menos livres de títulos estrangeiros, e entre os textos que são de origem masculina e os que são de origem feminina. Contudo, esta problemática não atingia a generalidade da população feminina, mas estava circunscrito a ambientes urbanos e de elite, pois não se imaginam:

“raparigas de origem modesta, a adquirir literatura deste tipo, antes preferindo, quando as suas capacidade literárias e os meios disponíveis o permitiam, comprar, trocar ou fazer circular títulos de carácter mais popular”.¹⁰¹

Para a o conceito literatura de evasão, o autor explica :

“A definição teórica das fronteiras deste tipo de literatura é difícil, pois não corresponde a uma categoria literária que se possa considera autónoma (...). Se ao nível conceptual, poderão ser necessários artifícios sem número para demarcar atributos, objectivos, áreas de influência, públicos.(...) De forma redutora poderíamos tentar distinguir estes dois tipos de obras pela atitude, uma mais conservadora, puritana, respeitadora das convenções sociais dominantes, outra mais despreocupada liberal e permissiva no plano dos costumes, mas essa linha de diferenciação não é clara, pois a literatura de evasão ou “escapista”- se assim a quisermos designar - não assume uma atitude de desafio à sociedade, antes se procurando apresentar como um seu fiel retrato, nem abdica de uma função formativa”.¹⁰²

E o que era recomendado como alternativa saudável? Em primeiro lugar, parece que os escritos históricos, por via dos exemplos heróicos e das boas virtudes a

¹⁰¹ *Idem*, p. 64.

¹⁰² *Idem*, p. 132-133.

desenvolver, por exemplo Herculano. Os poetas, em seguida e depois os romancistas como Balzac, George Sand, Molière, Montaigne, etc. Outras autoras apresentam leituras de autores de maior renome nos campos da filosofia, teatro, romance completados com algumas referências a autores nacionais como Antero de Quental, Herculano, Júlio Dinis, Maria Amália Vaz de Carvalho seria o expoente da literatura feminina de formação, como títulos como *Cartas a Luiza*, de 1885, *Cartas a uma noiva*, *Cartas às mães*, *Mulheres e as Crianças*.

”Ramalho abomina quem intervinha lendo ou escrevendo, independentemente do meio utilizado - almanaques, periódicos, livros, folhetos, artigos, etc. (...) Do mesmo modo, não ficava indiferente às leitoras anónimas que, sossegadas e solitariamente, liam em suas casas. (...) A todas quer dominar, controlar, reprimir. E assim em 1877, Ortigão recomenda às jovens que não leiam o Crime do Padre Amaro, recorrendo a uma justificação de classe: As meninas nunca lêem romances, quaisquer que eles sejam”.¹⁰³

Neste mundo de leitura deparam-se-nos, afinal, os reflexos das grandes linhas do contexto oitocentista: a instrução popular, que passava neste caso específico pela especialização do saber técnico e laboral, e a propaganda de novas ideias, de novos ideários, revolucionários, programaticamente críticos. As novelas dão ao leitor linhas de orientação que permitem basear os seus julgamentos, promover as suas expectativas e deixar pistas para sua imaginação. A presença do leitor e as expectativas do trabalho de ficção, podem ser deduzidas do texto. Foi esta nova sensibilidade de leitura que veio substituir o gosto literário da novela pastoril ou da novela heróica e cavalheiresca. Na leitura portuguesa clássica incluíam-se nomes como Camões, Fernão Mendes Pinto, padre António Vieira. Mais tarde viriam os autores literários Garrett, Herculano, como os primeiros românticos, para os quais a divulgação do folhetim e do conto cortado pelo ritmo do periodismo muito contribuía para galvanizar e aumentar os veículos de leitura entre nós:

“A leitura em Portugal entre a emergência do liberalismo e a Regeneração de 1851, não foi um bloco uniforme ou monocórdico. Distribuindo-se pelas diversas facetas culturais e políticas que compunham a sociedade portuguesa, conseguiu, pela diversidade, funcionar como um espelho da realidade, das aspirações e imaginários,

¹⁰³ Ana Maria Costa Lopes - *Imagens da Mulher...* p. 561-562.

de utopias e ideários projectados na leitura e pela leitura, ao mesmo tempo que se iam construindo as diferentes teias das memórias colectivas, conforme o arrumar no corpo social, mental e político dos livros, dos títulos, dos autores que entre nós circularam.(...)”¹⁰⁴

A imprensa, principal veículo em circulação é usado para dinamizar todas estas ideias, é um dos lugares privilegiados da manifestação do pensamento feminino que luta por uma identidade que lhe era negada pelas estruturas sociais. O jornal é o lugar próprio da manifestação das ideias novas. As posições expressas sobre a instrução que a população feminina devia receber, é fulcral já que nesta questão confluem muitas outras problemáticas e causas, tais como as respeitantes à política educativa, à economia, à mentalidade e à modificação dos usos e costumes. A análise dos conceitos, propostas e realizações acerca da instrução é possivelmente o melhor meio de compreender a transformação de papéis sociais femininos. Na verdade, neste processo de consciencialização, pode ser verificada e avaliada a criação ou não das condições favoráveis à instrução, ao progresso e à intervenção da mulher nas áreas sócias e culturais. Do “empreendimento”, ou vontade política, de permitir o acesso da mulher à instrução, entre outras coisas, dependia, por outro lado, não só a sua afirmação na imprensa, mas também fora dela.

A instrução e a sua consciencialização através do papel que as mulheres foram assumindo na imprensa e, também, fora dela, tem, pois, um papel fulcral nesta investigação. Existe uma aparente contradição entre as altas taxas de analfabetismo, as limitações culturais das escassas camadas instruídas e a proliferação de publicações destinadas a um público feminino, ou uma leitura predominantemente para mulheres.

Enfim, a leitura pode funcionar como fuga ao mundo real, o que nos leva ao objecto de estudo: acompanhar o desenvolvimento da leitura e da escrita, a sua correlação com a imprensa do século XIX, a contribuição desta para o aparecimento de novos tipos de leitores e a leitura no feminino é o nosso propósito.

Os referidos jornais *A Assembleia Literaia*, *Beneficencia*, *A Cruzada*, não esquecendo a importância de outros títulos de imprensa feminina, como *A Voz Feminina*, *O Progresso*, *A Esperança* e outras fontes referenciadas na bibliografia como jornais. A análise dos textos editados por Antónia Pusich, Catarina de Andrada, Maria José Canuto, Guiomar Torrezão, Francisca Wood, serão fontes privilegiadas, por

¹⁰⁴ Maria de Fátima Nunes - “A leitura política, económica e mundana”, p. 336.

um lado, para avaliar e estudar o processo educativo, e por outro lado, porque permitem definir a identidade da leitora que materializou o século. São jornais dirigidos e escritos por mulheres dedicadas à causa da instrução e educação, e cujos subtítulos são muitas das vezes: «semanários de recreio literário», «revista ilustrada das famílias», «jornal científico, literário e noticioso», etc., a selecção destes títulos teve como principal critério o facto de serem jornais editados na segunda metade do século XIX e de as suas directoras, colaboradoras, de algum modo, seguirem a linha de interesse de Antónia Pusich - a ilustração das mulheres oitocentistas. Outro critério também usado, foi a relevância de textos que comentam ou as ideias que debatem sobre a educação e instrução feminina e o seu reflexo na sociedade, principalmente no que concerne o estatuto da mulher e influência sobre a leitura.

Também serão estudados outros periódicos que se entendam de relevância para o caso, exemplo do *Jornal de Noticias*, *Diário de Notícias*, *o Século*, etc., jornais que introduzem um “conjunto de mudanças significativas que transformaram o espaço público em Portugal,¹⁰⁵ para além dos estudos, censos e romances de época, cujas leituras nos permitem compreender o período em análise.

As lacunas a preencher são vastas, pois a par de mulheres escolarizadas, cultas e interventoras, das classes mais favorecidas, havia as analfabetas, pertencentes às classes baixas da hierarquia social, que não tinham acesso à instrução e, que viviam numa sociedade profundamente marcada pelas diferenças sociais e económicas e sobre as quais a maior parte das vezes não há referências. Irene Vaquinhas em *L'historiographie sur les femmes au Portugal, le XIX siècle*,¹⁰⁶ constata que existe um défice nas fontes disponíveis para o investigador da história das mulheres do século XIX, défice esse, que provém da raridade ou da pobreza dos documentos, os quais nem sempre estão acessíveis, validados ou sistematizados, provocando obstáculos à pesquisa. Por exemplo, as estatísticas do séc. XIX, qualquer que seja a sua proveniência, carecem de informações concretas e circunstanciadas que as caracterizem. O não reconhecimento da mulher como ser jurídico autónomo e que só existia como elemento da célula familiar, quer dizer como mulher, mãe, filha, sem estatuto económico e sem direitos políticos, excluí-a dos poderes constituídos formalmente. Digamos que para as instituições

¹⁰⁵ Luis Augusto Costa Dias - “O papel do impresso”, p. 313.

¹⁰⁶ Irene Vaquinhas - “L'historiographie sur les femmes au Portugal: le XIX siècle”. In *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud XIXe-XXe siècles*. Oeiras : Celta, 2003. p. 27-47.

oficiais, as mulheres não existiam por assim dizer, e esta invisibilidade traduzia-se pela opacidade de fontes. Estas lacunas condicionam em grande parte, o conhecimento sobre a história das mulheres do séc. XIX e fundamentalmente os últimos 50 anos.

A partir de 1850, e sobretudo a partir de 1870, as fontes documentais multiplicam-se e compreendem os testemunhos directos (imprensa periódica), consequência da participação mais activa das mulheres do seu tempo. Com efeito, os anos referidos marcam uma viragem na condição das portuguesas: elas vêem abrir-se possibilidades de intervenção social que pareciam impensáveis no início do século. O aparecimento de novas formas de sociabilização, a criação e a difusão da imprensa escrita e dirigida por mulheres, o surgimento de novos quadros legais, o empenho do estado em matéria de instrução feminina, são sintomas indiscutíveis da mudança, enquanto se propaga um discurso tendente à valorização da mulher. São alterações que coincidem com a afirmação do sistema político e constitucional e com o esforço do desenvolvimento económico e de modernização. Esta época de referência do trabalho de projecto é igualmente pertinente do ponto de vista literário e cultural. Durante todo o século, sucessivas gerações de escritores tiveram, para além de um importante papel ligado aos fenómenos da produção literária, um outro, não menor, relativo ao questionamento e definição dos problemas sociais e políticos, que afectavam a sociedade portuguesa e formulavam propostas de mudança, quer no que se refere à instrução, no debelar do analfabetismo quase absoluto das classes populares, de forma a torná-las intelectualmente mais evoluídas e úteis. A imprensa em Portugal desenvolve-se após 1834, numa sociedade verdadeiramente burguesa, em que a liberdade de opinião permite debater os problemas do país, questões essas que interessavam directamente a burguesia. A imprensa começa a atingir um público mais heterogéneo, como referem os periódicos literários e científicos, que se destacavam como : *O Panorama* (Lisboa, 1837) dirigido por Alexandre Herculano e a *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, 1841) de António Feliciano de Castilho.

“Assiste-se a uma maior colaboração feminina na imprensa periódica, dela ressaltando várias figuras que podem ser tomadas como uma espécie de barómetro das mentalidades de então, do qual fazem parte as suas iniciativas e a posição que foram conquistando na sociedade e na cultura letrada”.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Ana Maria Costa Lopes – *Imagens da mulher...* p. 256.

Numa segunda fase, teremos de saber interrogar esses documentos, cruzando a história e a literatura. Ao investigador compete ler criticamente a ficção literária, as memórias dos costumes e do quotidiano da sociedade e aproximá-lo da realidade, avaliar cientificamente estes auxiliares privilegiados da pesquisa. Podem nos contar como as mulheres entravam em contacto a palavra escrita, com a leitura, se esta era uma actividade silenciosa ou colectiva. São sempre pontos de partida úteis que podem responder às questões. Portugal, como se sabe, ia pautando o seu “quotidiano vivencial” pelo incremento das edições populares de Júlio Dinis, de Camilo Castelo Branco, os romances de Eça de Queirós, as crónicas de Ramalho Ortigão e o popular folhetim de sensação “O Mistério da Estrada de Sintra” iniciado no *Diário de Notícias* em 1870.¹⁰⁸ O romance folhetim era um assunto de conversa diária entre as mulheres, que muitas vezes os cortavam e encadernavam juntos. Estes livros improvisados passavam, de mão em mão femininas, entenda-se. As mulheres que nunca tinham comprado um livro constituíam a sua própria biblioteca de textos cortados, cosidos juntos e frequentemente emprestados.

Poderemos também considerar as pinturas, pois, na Europa, cada vez mais, as mulheres leitoras, apareciam nos livros ou em pinturas e passaram a ser um tema recorrente para Manet, Daumier, Fantin-Latour. Em Portugal encontramos alguns registos em Francisco José Resende (1825-1893), com “*Amai-Vos uns aos outros* e Henrique Pousão (1859-1884) com “*Cecília*”(v. Anexo 4), “*Mulher romana*” e Aurélia de Sousa (1863?-1922), com “*Lendo : cena de interior – mulher sentada a ler*”(v. Anexo 5) em todas estas representações o objecto livro e as mulheres surgem como elementos de referência. A leitura integra o quotidiano, ilustrando no geral uma imagem da mulher só. A personagem da leitora no século XIX, introduz-nos na leitura silenciosa, individual, mostrando o desaparecimento da leitura oral. Esta leitora parece simbolizar o pioneirismo da vida privada moderna, a intimidade.

Os estudos quer nacionais quer estrangeiros, serão entendidos como documentos contemporâneos que nos permitirão estabelecer o quadro mental português que assistiu ao aparecimento de conceitos como “instrução pública”, “cultura popular”, “cultura urbana”, “classe populares” e também como textos que nos elucidam sobre estes novos leitores.

¹⁰⁸ Cf Luis Augusto Costa Dias - “O papel do impresso”, p. 312.

4. Em jeito de síntese

Elaborámos este Trabalho de Projecto tentando perceber:

Como ao longo do processo, o desenvolvimento do ensino primário e posteriormente o ensino secundário liceal e técnico, a expansão do público leitor, a emergência da nova leitora poderão estar interligados.

As escolas parecem ter precedido a feminização crescente do público de leitores. As novas possibilidades do emprego feminino e os progressos registados pelas mulheres nas suas aspirações sociais, poderão ter sido um factor muito importante na escolarização. A emergência da nova leitora portuguesa pode ser consequência e reflexo dessa instrução, originando um novo e importante segmento na massa de leitores: a mulher da classe trabalhadora. A expansão do mercado de trabalho, a definição de horas nas jornadas de trabalhos, o aparecimento das horas de lazer (consequentemente haveria mais tempo para ler) reformularam estruturalmente a sociedade e definiram um novo perfil de leitora.

Como este fenómeno de leitura parece definir também os novos gostos e hábitos de leitura da população feminina.

O que liam as novas leitoras da segunda metade do séc. XIX? Preferiam contos e novelas, normalmente em episódios na imprensa periódica, às revistas e jornais? A imprensa é um fenómeno marcadamente urbano, o seu público não era muito flexível, teria gostos mais profanos e pertenceria a uma parte limitada da população feminina que estava em condições de reunir as capacidades literárias, os meios financeiros e disponibilidade de tempo para apreciar as revistas, jornais ou romances. As mulheres faziam parte deste novo público de romances, populares e sentimentais.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

JORNAIS

1. *A Assembleia litteraria : jornal de instrucção*. Lisboa, [1849?]-1851.
2. *A Beneficencia : jornal dedicado à Associação Consoladora dos Afflitos*. Lisboa, 1852-1855.
3. *A Cruzada: jornal religioso e litterario*. Lisboa, 1858.
4. *A Esperança: semanário de recreio e literario dedicado ás damas*. Porto, 1865-1866.
5. *Jornal das damas: revista de litteratura e de modas*. Lisboa, 1867-1869.
6. *A Flor litteraria*. Lisboa, 1867.
7. *Voz feminina : jornal scientifico, literário e noticioso*. Lisboa, 1868-1969.
8. *A Ilustração feminina*. Lisboa, 1868.
9. *Progresso : jornal scientifico, literário e noticioso*. Lisboa, 1869.
10. *Gazeta das salas*. Lisboa, 1877.
11. *Jornal das senhoras*. Porto, 1877.
12. *Opinião*. Porto, 1878.
13. *Damas portuguesas*. Porto, 1882.
14. *A mulher : revista ilustrada das famílias*. Lisboa, 1883-1885.
15. *Gazeta das salas*. Lisboa, 1890.
16. *Ave azul*. Lisboa, 1899-1900.

FONTES MONOGRAFIAS

CARVALHO, Maria Amália Vaz de - *A arte de viver na sociedade*. Lisboa : António Maria Pereira, 1924.

- *Mulheres e creanças : notas sobre educação*. Porto : Comp. Portuguesa Editora, 1921.

CASTILHO, Antonio Feliciano de – *Cartas sobre as escolas populares pelos excellentíssimos senhores J. M. do Casal Ribeiro e A. F. de Castilho*. Lisboa : Typ. Universal, 1859.

- *Castilho e Camilo : correspondência trocada entre os dois escritores*. Pref. e notas de João Costa. Coimbra : Impr. da Universidade, 1924
- *Correspondência pedagógica*. Lisboa : Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975
- *Directorio para os senhores professores das escolas primarias pelo methodo portuguez*. Coimbra : Imp. da Universidade, 1854
- *As escolas dos asilos de infancia desvalida : capitulo documental para a historia do metodo portuguez*. Lisboa : Tipografia Universal de Faria, 1854
- *Felicidade pela agricultura*. 2.^a ed. Lisboa : Emp. da História de Portugal, 1903.
- *Felicidade pela instrucção : cartas a um jornal*. Lisboa : Empreza da Historia de Portugal, 1909.
- *Metodo Castilho para o ensino rapido e aprasivel do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*. 2.^a ed. inteiramente refundida, aumentada...Lisboa : Impr. Nacional, 1853
- *Methodo portuguez Castilho*. 4.^a ed. Lisboa : Typ. Progresso, 1857

CASTILHO, Júlio de - *Memorias de Castilho*. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1881.

COELHO, F. Adolfo - *Cultura e analfabetismo*. Lisboa : Instituto Português do Património Cultura, 1984.

- *Para a história da instrucção popular*. Lisboa : Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973.

CORDELIA - *O reino da mulher*. Trad. Maria Amalia Vaz de Carvalho. Lisboa : Impr. Nacional, 1882.

CORVO, João de Andrade - A Instrução pública. In FERREIRA, Alberto - *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. Vol 1, p.197.

COSTA, António da - *Instrução Nacional*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1870.

- *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. 2ª. Ed. Coimbra : Impr. da Universidade, 1885.

- *História da instrução popular em Portugal*. Lisboa : Imp. Nacional, 1871.

- *A mulher em Portugal*. Lisboa: Typ. Companhia Nacional Editora, 1892.

- *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*. Lisboa : Imp. Nacional, 1868.

DUARTE, Inocêncio de Sousa - *A mulher na sociedade civil : compendio dos seus direitos, obrigações e privilegios segundo as leis em Portugal*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1870.

GRAINHA, M. Borges - *O analfabetismo em Portugal : suas causas e meios de as remover*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1908.

- *A instrução secundaria de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal* .
Lisboa : Typ. Universal, 1905.

MARRECA, Oliveira - “Educação das mulheres”. In *Obra económica*. Lisboa : Instituto Português de Ensino a Distância , Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1983. 37-51.

PEREIRA, A. X. da Silva Pereira - *Os jornaes portuguezes : sua filiação e metamorphoses*. Lisboa : Imp. Libanio da Silva, 1897.

PRAÇA, J. J. Lopes - *A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principaes aspétos*. 2.ª ed. Lisboa : Colibri, 2005.

QUENTAL, Antero de - “Leituras populares”. In FERREIRA, Alberto - *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. Vol 1, p.197.

RATTAZZI, Maria - *Portugal de relance*. Lisboa : Tip. Adolfo e Modesto, 1882.

ESTUDOS

ABREU, Márcia, org. - *Leitura, história e história da leitura*. Campinas : Mercado das Letras, 2000.

ALVES, José Augusto dos Santos - A opinião pública em Portugal, (1780-1820). Lisboa : Universidade Autónoma, 2000. Originalmente tese de doutoramento.

- *O poder da comunicação*. Lisboa : Casa das Letras, 2005.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e - “Da educação da mulher no Portugal oitocentista: notas de um estudo”. *Revista de Ciências Históricas*. Porto. 5 (1990) 321-341.

ANDRADE, Fernando de Azevedo - *Ensino Técnico Profissional (1756-1991) : contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*. Viseu : FPCE –UC, 1991. Tese de mestrado.

ARIÈS, Philippe ; DUBY, Georges, org. - *História da vida privada*. Porto : Afrontamento, 1990. Vol. 3.

ARAUJO, Helena C. - “Costa de Sousa Macedo, António”. In NÓVOA, António, dir.- *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003. 418-421.

BARREIRA, Cecília - *História das nossas avós : retrato da burguesa em Lisboa : 1890-1930*. Lisboa : Colibri, 1992.

- “Imagens da mulher na literatura portuguesa de oitocentos”. *Análise Social*. Lisboa. 22 : 92-93 (1986) 521-525.

- “Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista”. *Faces de Eva*. Lisboa. 9 (2003) 67-73.

- *Universos Femininos em Portugal : retrato da burguesa em Lisboa : 1890-1930*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991. Tese de doutoramento.

BARRENO, Isabel, [et.al.] - *A imagem da mulher na imprensa*. Lisboa : Comissão da Condição Feminina, 1976.

BERRINI, Beatriz - *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

BOCK, Gisela; COVA, Anne, dir. - *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud XIXe-XXe siècles*. Oeiras : Celta, 2003.

- “História, história das mulheres, história do género”. *Penélope*. Lisboa 4 (Nov. 1989) 158-187.

BRAZÃO, Inês... [et al.] - *Comunidades de Leitura : cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa : Colibri, 2009.

CANDEIAS, António; PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia, org. coord.- *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX : censos e as estatísticas*. Pref. António Nóvoa. 2ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CANDEIAS, António - “Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX”. In *Literacia e Sociedade*. Lisboa : Caminho, 2000. p. 209-263.

CARVALHO, Rómulo - *História do ensino em Portugal : desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASCÃO, Rui - “Em casa : quotidiano familiar”. In MATTOSO, José, dir. - *História da Vida Privada em Portugal*; VAQUINHAS, Irene, coord. - *A Época Contemporânea*. Lisboa : Temas e Debates , Círculo dos Leitores, 2011. p. 222-252.

- “Vida quotidiana e sociabilidade”. In MATTOSO, José, dir. - *História da Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 517-541.

CASTELO, Cláudia - “CANUTO, Maria José da Silva”. In NÓVOA, António, dir. - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003. p. 264-265.

CASTRO, Helena de Fátima Gonçalves de - *Emancipação da mulher e regeneração social no século XIX segundo Lopes Praça*. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000. Tese de mestrado.

- “Emancipação da mulher e regeneração social no século XIX segundo Lopes Praça”. *Faces de Eva*. Lisboa. 17 (2007) 59-72.

CASTRO, Rita - “Alguns aspectos sobre a educação feminina em finais do século IX”. In *Fazer a história das mulheres : da casa à escola, da escola à Universidade*. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta, 2004. p. 125-138.

CASTRO, Zília - “Quotidianos femininos”. In CASTRO, Zília Osório de ; ESTEVES, João Esteves dir. - *Falar de mulheres : história e historiografia*. Lisboa : Livros Horizonte, 2008. p. 27-38.

CASTRO, Zília Osório de ; ESTEVES, João Esteves, dir. - *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa : Livros Horizonte, 2005.

CATROGA, Fernando - “Os caminhos polémicos da «geração nova»” ”. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal* . Lisboa : Estampa, 1993. Vol. 5, p. 569-581.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger, dir. - *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris : Ed. du Seuil, 2001.

CHARTIER, Roger, dir. - *Pratiques de la lecture*. Paris : Ed. Payot & Rivages, 2003.

CHARTIER, Roger - *A história cultural : entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 1988.

- *Histoires de la lecture : un bilan des recherches*. Paris : IMEC : Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

- *Lectures et lecteurs dans la France d'ancien régime*. Paris : Seuil, 1987.

- *Colportage et lecture populaire : imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles*. Paris : IMEC : Maison des Sciences de l'Homme, imp. 1996.

COSTA, Mário Alberto Nunes da Costa - *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 : subsídios para a sua história*. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1990.

CUNHA, Alfredo - *Elementos para história da imprensa periódica portuguesa : 1641-1821*. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

DARNTON, Robert - “Historia de la lectura”. In *Formas de hacer Historia*. Madrid : Alianza Universidad, 1994. p. 177-208.

DIAS, Luis Augusto Costa - “O papel do impresso : A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal”. *Estudos do Século XX*. Coimbra. 7 (2007) 307-317.

DOMINGOS, Manuela - *Estudos de sociologia da cultura : livros e leitores do século XIX* . Lisboa : Instituto Português de Ensino à Distância : Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.

- *Estudos sobre História do Livro e da Leitura em Portugal*, 1995- 2000.
Lisboa : Biblioteca Nacional, [2002].

DUMONT, Lúcia Maria Moreira ; Espírito Santo, Patrícia - “Leitura feminina: movitação, contexto e conhecimento”. *Ciência & Cognição*. Vol 10 (2007) 28-37. Disponível em <http://www.cienciasecognicao.org>

ESTEVEES, Rosa - “Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX: Catarina de Andrada e o jornal l’Abeille (1836 e 1840-53)”. *Análise Social*. Lisboa. 22 : 92-93 (1986) 527-545.

ESTRELA, Edite - “Tempestades literárias : questões e reacções”. In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 655-672.

FERREIRA, Alberto - *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1971-1975.

- *Estudos de cultura portuguesa : séc. XIX*. Lisboa: Moraes editores, 1979.

FRANÇA, José Augusto - *O romantismo em Portugal*. Lisboa : Livros Horizonte, 1974.

FRAISSE, Geneviève ; FERROT, Michelle, org. - *História das mulheres*. Porto : Afrontamento, 1994. Vol. 4.

FERNANDES, Rogério - “Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal : século XVIII-XIX”. *Faces de Eva*. Lisboa. 9 (2003) 13-27.

- “História das inovações educativas (1875-1936)”. In *A História da educação em Espanha e Portugal*. Lisboa : Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993. p. 157-170.

FONSECA, Fernando Taveira - “Elites e classes médias”. In REIS, António, dir.- *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 459-477.

GOMES, Joaquim Ferreira, ed. lit. - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública 1844-1859*. Coimbra : INIC , Centro de Psicopedagogia da Universidade, 1985.

- *Estudos para a história da educação no século XIX*. Lisboa : Instituto de Inovação Educacional, 1996.

GOMES, Joaquim Ferreira ; FERNANDES, Rogério ; GRÁCIO, Rui - *História da educação em Portugal*. Lisboa : Livros Horizonte, imp. 1988.

GUEDES, Fernando - *O livro e a leitura em Portugal*. Lisboa : Verbo, 1987.

GUIMARÃES, Elina - *Mulheres portuguesas ontem e hoje*. Lisboa : Comissão. da Condição Feminina, 1979.

GUINOTE, Paulo Jorge Alves - *A educação no feminino (Portugal, 1900-2000)*. Lisboa : Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2006. Tese de doutoramento.

- *Quotidianos femininos (1900-1933)*. Lisboa: Faculdades Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1994. Tese de mestrado.

GUINOTE, Paulo; Oliveira, Rosa Bela – “Prostituição, boémia e galanteria no quotidiano da cidade”. In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 723-772

HABERMAS, Jurgen - *L'espace public*. Paris : Payot, 2003.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique - *Sociologie de la lecture*. Paris : Ed. La Découverte, 2007.

ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte - *As mulheres na imprensa periódica do séc. XIX*. Lisboa : Universidade Aberta, 1998. Tese de mestrado.

LA FUENTE, Maria José - *Ensino secundário feminino : os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*. Lisboa: Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade. Nova de Lisboa, 1989. Tese de mestrado.

LACERDA, Lilian - *Álbum de leitura : memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo : UNesp, 2003.

LEAL, Maria Ivone, coord.- *Fontes portuguesas para a história das mulheres*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

LEAL, Maria Ivone - *Um século de periódicos femininos*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1992.

LISBOA, João Luís - *Ciência e política: ler nos finais do antigo regime*. Lisboa : Instituto Nacional Investigação Científica : Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

-“A leitura nos debates da história cultural”. *Revista da FCSH* 3.Lisboa. (1989) 185- 204.

LOPES, Ana Maria Costa - *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos : percursos de modernidade*. 1.ª ed. [Lisboa] : Quimera, 2005. Originalmente tese de doutoramento.

- “Sexo e género : algumas notas epistemológicas para análise da mentalidade no século XIX “. *Ex aequo*. Lisboa. (1999) 45-60.

LOPES, Maria Antónia - *Mulheres, espaço e sociabilidade*. Lisboa : Livros Horizonte, 1989.

LYONS, Martyn - “Les nouveaux lecteurs au XIX siècle : femmes, enfants, ouvriers”. In CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger , dir. - *Histoire de la lecture dans le monde Occidental*. Paris : Ed. du Seuil, 2001. p. 393-429.

- *Le triomphe du livre : une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIX siècle*. [Paris]: Promodis ; Éditions du Cercle de la Librairie, cop. 1987

- *History of Reading and writing in the western world*. London: Palgrave Macmillan, 2010

MACHADO, Álvaro Manuel - *A geração de 70 : uma revolução cultural e literária*. Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

MAGALHÃES, Justino Pereira - *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime : um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga : Universidade do Minho, 1994. Tese de doutoramento.

- “Castilho, António Feliciano de”. In NÓVOA, António, dir. - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003. p. 311-316.

- “Coelho, Francisco Adolfo”. In NÓVOA, António dir. - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003, p. 345-357.

- “Linhas e investigação em História da alfabetização em Portugal”. *Revista Brasileira da Educação*. 2 (Mai-Ago,1996) 41-59.

MANGUEL, Alberto - *Uma história da leitura*. Lisboa : Presença, 1998.

MARIANO, Maria de Fátima da Silva - *Génese e desenvolvimento do movimento feminista português : 1890-1930*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, 2004. Tese de mestrado.

MARTINS, Raquel Delgado; RAMALHO, Glória; COSTA, Armanda, org - *Literacia e sociedade : contribuições pluridisciplinares*. Lisboa : Caminho, 2000.

MATOS, Nelson de - *A leitura e a crítica*. Lisboa : Estampa, 1971.

MATOS, Sérgio Campos - “Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista”. *Clio*. Lisboa. 2 (1997) 85-107.

MELO, Daniel - *A leitura pública na I República*. Lisboa : Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa; Húmus, 2010

MENDES, J. Amado - “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial”. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. 5, p. 493-499.

MÓNICA, Maria Filomena - *Fontes Pereira de Melo*. Lisboa : Assembleia da Republica; Afrontamento, 1999.

NÓVOA, António, dir. - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003.

- *Le temps des professeurs : analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)*. Pref. Daniel Hameline.
Lisboa : Instituto Nacional Investigação Científica, 1987.

NUNES, Maria de Fátima - “O fenómeno da difusão da leitura”. In REIS, António (dir.) - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 647-654.

- “A leitura política, económica e mundana”. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 329-336.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima da Costa - *O folhetim em Portugal no século XIX uma nova janela no mundo das letras*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Tese de doutoramento.

- “Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras Oitocentista”. *Intercâmbio*. Porto. 9 (1998). 163-176.

- “Mulheres oitocentistas : George Sand vista por Maria Amália de Carvalho”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*. Porto: Universidade do Porto. p. 299- 304.

PAULO, João Carlos - “Grainha, Manuel Borges”. In NÓVOA, António, dir.- *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003. p. 659-658.

PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias portuguesas na viragem do século : 1880-1910*. Porto : Afrontamento, 1995. Originalmente tese de doutoramento.

PEREIRA, José Esteves - “A tensão entre o progresso e a tradição”. In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 619-640.

PINTO, Maria Teresa Valente - *O ensino técnico industrial feminino em finais do séc. XIX : A Escola Damião de Goes em Alenquer*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. Tese de mestrado.

PINTO, Teresa - “Peias e trilhos do ensino industrial feminino”. In *Em torno da história das mulheres*. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. Lisboa : Universidade Aberta, 2002. p. 247-259.

PIRES, António M.Machado - *Luz e sombras no século XIX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro, coord. - *História da imprensa*. Lisboa : Planeta, 1996.

PROENÇA, Maria Cândida, coord. - *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*. 1ª ed. Lisboa : Colibri, 1998.

“PUSICH, Antónia Gertrudes”. In NÓVOA, António, dir. - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto : Asa, 2003. p.1127-1128

QUARESMA, Victor Sérgio – Constantes e mutações na mentalidade portuguesa. In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 699-722

RAFAEL, Gina Guedes ; SANTOS, Manuela, org. e coord. - *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998-2002.

RAMOS, Rui – “Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal : uma introdução à História da Alfabetização em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa. 24 (1988) 1067-1145.

- “O método dos pobres : a educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)”. *Colóquio, Educação e Sociedade*. Lisboa. 2 (Fev. 1993) 41-68.

-“O chamado problema de analfabetismo: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo”. *Ler História*. Lisboa. 35 (1998) 45-80.

REBELO, Carlos Alberto - *Difusão da leitura pública*. Lisboa : Campo das Letras, 2002.

REBELO, Teresa – “Antónia Pusich : uma mulher fora do seu tempo”. *Diário de Notícias. Diário Magazine*. Lisboa. (7 Março 2010) 34-38.

REIS, António, dir. - *Portugal contemporâneo*. Lisboa : Alfa, imp. 1990-1992. 1º v. : 1820-1851 ; 2º v. : 1851-1910.

REIS, Jaime - “O analfabetismo em Portugal no século XI: uma interpretação”. *Colóquio, Educação e Sociedade*. Lisboa. 2 (Fev. 1993) 13-40.

REIS, Jaime ; MÓNICA, Maria Filomena ; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) - *O século XIX em Portugal : colóquio*. Lisboa : Presença : G.I.S., 1981.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - “Livros e leituras no século XIX”. *Revista de História das Ideias*. Lisboa. 20 (1999) 187-227.

ROCHA, Filipe - *Fins e objectivos do sistema escolar português*. Porto : Paisagem, 1984- . 1º vol. “ Período de 1820 a 1926.

RODRIGUES, Ernesto - *Mágico folhetim : literatura e jornalismo em Portugal*. 1ª ed. Lisboa : Notícias, 1998.

ROSA, Elzira Machado – *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do séc. XIX*. Lisboa : Comissão da Condição Feminina, 1989.

- *Educação feminina na obra pedagógica de Bernardino Machado*.
Vila Nova de Famalicão : Câmara Municipal, 1999.

SALVADOR, Teresa - “Em torno dos periódicos femininos”. *Cultura*. Lisboa. 26 (2009) 95-117.

SAMPAIO, Fernanda - “Notícia da educação feminina nos primórdios do século XIX (1800-1807)”. In *Em torno da história das mulheres*. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. Lisboa : Universidade Aberta, 2002. p. 227-246 .

SANTOS, M. Lourdes Lima dos - *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa : Presença : Instituto de Ciências Sociais, imp. 1983.

-“Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas).” *Análise Social*. Lisboa. 24 : 101-102 (1988) 689-702.

- “Sociabilidade, comunicação e aprendizagem” In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 365-388.

SCOTT, Joan -“Historia de las mujeres”. In *Formas de hacer Historia*. Madrid : Alianza Universidad, 1994. p. 59-88.

SCHWEICKART, Patrocínio P. - “Readings ourselves : toward a feminist theory of reading”. In *Gender and Reading*, Baltimore ; London : The Johns Hopkins University Press, 1986. Cap. 2, 31- 60.

SERRÃO, Joel - *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

-“ Estrutura social, ideologias e sistema de ensino” . In *O sistema de ensino em Portugal* . Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. p. 17-45.

SILVA, Filipe Correia da - *Espaço público em Habermas*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

SILVA, Francisco Ribeiro - “História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos resultados”. In *A História da educação em Espanha e Portugal*. Lisboa : Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993. p. 101-121.

SILVA, Maria Regina Tavares da - *A mulher : bibliografia portuguesa anotada: monografias, 1518-1998*. Lisboa : Cosmos, 1999.

-“Antónia Gertrudes Pusich”. In *Mulheres portuguesas : vidas e obras celebradas, vidas e obras ignoradas*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres,[1991]. p. 29-35.

SOUSA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. - “Portugal e a Regeneração”. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa : Presença, 2004. Vol. 9.

TALAN, Nikica - *Antónia Pusich : vida e obra*. Dubrovnik : HAZU, 2006.

-“Antónia Gertrudes Pusich”. *Brotéria*. Lisboa. 161 : 4 (Out. 2005) 225-241; 161 : 5 (Nov. 2005) 353-365; 161 : 6 (Dez. 2005) 455-472.

TENGARRINHA, José Manuel - *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Lisboa : Caminho, 1983.

- *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aumentada. Lisboa : Caminho, 1989.

- *Imprensa e opinião pública em Portugal*. 1ª ed. Coimbra : Edições Minerva, 2006.

-“Quem lia e o que lia no final do regime monárquico : uma incursão histórica na psicossociologia da leitura”. In *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Lisboa : Caminho, 1983. p.[199]-237.

-“Traços mentais da sociedade portuguesa dos meados de oitocentos: a propósito de “Os Lusíadas do séc. XIX”. In *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Lisboa : Caminho, 1983. p.[181]-197

TORGAL, Luis Reis -“A instrução pública”. In MATTOSO, José - *História de Portugal* . Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. 5, p. 609-651

TORGAL, Luis Reis; VARGUES, Isabel Nobre - “Produção e reprodução cultural”. In MATTOSO, José - *História de Portugal* . Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. 5, p. 685-696.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, ed lit.; VERRI, Gilda Maria Whitaker ; VILELA, Karine Falcão Vilela, compil. - *Referências para a história da leitura entre os séculos XVIII e XX*. Recife : U.F.P., 2000.

VAQUINHAS, Irene – “O campesinato “. In José Mattoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. 5, p. 479-491.

-“L’historiographie sur les femmes au Portugal: le XIX siècle”.In *Écrire l’histoire des femmes en Europe du Sud XIXe-XXe siècles*. Oeiras : Celta, 2003. p.27-47.

-“Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX : breve esboço”. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa .Vol.3 (2002) 201- 221.

-“Mulheres, economia e sociedade em Portugal na segunda metade do século XIX (1850-1900). In *Falar de mulheres*. Lisboa : Livros Horizonte, 2008. 225- 234..

-“As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista: algumas questões económicas e sociais (1850-1900)” In VIEIRA; Maria Benedita Duque org. *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*.Lisboa : Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa; ISCTE. p. 149-164.

- *As mulheres no mundo contemporâneo*. Coimbra : Faculdade de Letras, 2005.

- *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo : as mulheres portuguesas sob o olhar da história (séc. XIX –XX)*. Lisboa : Livros Horizonte, 2001.

- *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa : Colibri, 2000.

- *Violência, Justiça, e Sociedade Rural, Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova*, de 1855 a 1918. Coimbra : Faculdade Letras, 1990. Tese de doutoramento.

VAQUINHAS, Irene, coord. - “A Época Contemporânea”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa : Temas e Debates ; Círculo de Leitores, 2010.

VAQUINHAS, Irene Maria; CASCÃO, Rui - “ Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In MATTOSO, José - *História de Portugal* . Lisboa: Estampa, 1993. Vol. 5, p. 441-454.

VENÂNCIO, Fernando - *Estilo e Preconceito : a língua literária em Portugal na época de Castilho*. Lisboa : Edições Cosmos, 1998.

VICENTE, Ana - *As mulheres Portuguesas vistas por viajantes estrangeiros : séculos XVIII, XIX e XX*. Lisboa : Gótica, 2001.

WILLES, Margaret - *Reading Matters : five centuries of discovering books*. New Haven Yale University Press, 2008. Cap. 6, p.8.

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Gine Guedes Refel

Lisboa, 30 de Março de 2011

Declaro que este Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

[Assinatura]

Lisboa, 30 de Março de 2011